ESCÂNDALO A HISTÓRIA DE UMA BMW, FATURAS DE CARTÃO, DINHEIRO VIVO E PRECATÓRIOS DO BOLSONARISTA GLADSON CAMELI, GOVERNADOR DO ACRE

CORRIDA PRESIDENCIAL CÓPIA MELANCÓLICA DE BOLSONARO, O EX-JUIZ SERGIO MORO ESTACIONA NAS PESQUISAS E ENFRENTA UMA REBELIÃO NO PODEMOS

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXVII Nº 1192 R$ 24,90
26 DE JANEIRO DE 2022

ENTULHO NEOLIBERAL

A **REFORMA TRABALHISTA** DE 2017 É UMA DAS CAUSAS DA TRAGÉDIA HUMANA E ECONÔMICA. SE QUISER VOLTAR A CRESCER, O BRASIL PRECISA DE UM NOVO CONTRATO SOCIAL

CartaCapital

26 DE JANEIRO DE 2022 • ANO XXVII • Nº 1192

Capa: Pilar Velloso/ Istockphoto

Expulso da Austrália, barrado em Roland Garros. Pág. 52

NANA MORAES E PAUL CROCK/AFP

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez, Fabíola Mendonça (Recife) e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Amanda Moraes , Caio César e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: **www.cartacapital.com.br**

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Lindberg Lima
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

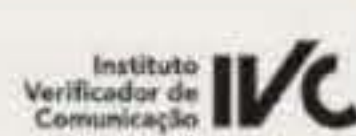
REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113090

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

O INÍCIO DO FIM?

Além dos efeitos para a saúde, a nova cepa agrava a falta de produtos de todos os tipos, o que contribui para aprofundar a crise econômica. As lideranças mundiais precisam se unir e encontrar soluções equitativas para que seja possível superar a atual crise, tanto sanitária quanto econômica.
José de Anchieta Nobre de Almeida, Rio de Janeiro, RJ

FUJA DA ÔMICRON

Fuja mesmo! Apesar de todos os cuidados, contraí a nova variante. Se não tivesse tomado as três doses de vacina, acho que morreria. É uma coisa horrorosa. Achei que ia morrer, tamanho mal-estar.
Carla Chagas

A Ômicron pode ser menos agressiva, mas se espalha rápido. Precisamos evitar o contágio ao máximo. Vacina no braço, máscara e distanciamento.
Nicolas Barros

APELO AO TITE

Neymar Jr. não é um craque. No máximo, um malabarista da bola. Ele nunca assumiu para si a responsabilidade do jogo e do seu time. O Brasil sempre foi um país prolífico na música, nas artes, no samba, no futebol. Pelé sempre foi e será a majestade, depois alguns príncipes, como Garrincha, Ademir da Guia, Leônidas, Canhoteiro. Mas Neymar... É mais uma mentira inventada pela cartolagem, da mídia e do próprio futebol.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos, Curitiba, PR

FACADA II, A LOROTA

A facada foi decisiva, sim. Bolsonaro tinha segundos de tempo na mídia, mas com o atentado emplacou o dia inteiro na mídia com a cena repetida à exaustão. E o modo como a história vem sendo tratada nos últimos anos? Parece que ele já era presidente, não candidato.
Valdinei Silva

A análise subestima o poder de um atentado em vésperas de eleições. Vale lembrar que de atentado terrorista Bolsonaro entende: em 1987 foi preso na operação "Beco Sem Saída", acusado de planejar uma explosão contra o próprio Exército. É bem provável que eles tentarão ressuscitar o mito da facada.
Beto Antunes

RECOMEÇO

A crise de discurso e comunicação é profunda: ciência e educação, pilares fundamentais, atiradas ao lixo.
Lucas

O TERROR PERSISTE

Minas Gerais continua sendo colonizada com os mesmos requintes dos séculos XVII e XVIII. Só mudou a roupagem dos invasores.
Jucelina Reis Silva

ERRATA I

Há um erro de construção de uma legenda da reportagem "Tudo pelos amigos do rei" (edição 1191, p. 20). A descrição correta é "Ribeiro Cardoso, envolvido até o pescoço, e Oscar Henrique Grault Vianna".

ERRATA II

Ao contrário do informado na reportagem "O início do fim", publicada na edição 1191, o neurocientista Miguel Nicolelis não leciona mais na Duke University (EUA).

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

Lula e os outros

O ex-presidente tem o nosso apoio incondicional, mas louvamos quem abre o coração e a mente

Se eu votasse no Paraná, sem a mais pálida sombra de dúvida votaria em Roberto Requião. Ele acaba de dizer que pretende se candidatar novamente a governador de seu estado e deve ter ótimas razões para tanto. Diz algo mais ao revelar a intenção de filiar-se ao PT. Fosse eu do Partido dos Trabalhadores, e nele tivesse alguma influência, receberia Requião de braços abertos. É uma figura política sem mancha e sem medo. Diga-se que mais de uma vez o encontrei às portas da delegacia da PF de Curitiba, onde os notórios facínoras Sergio Moro e Deltan Dallagnol decidiram aprisionar o ex-presidente Lula.

Requião é uma dessas personalidades que não temem dizer o que pensam, e o que pensam tem peso. Declarar a sua adesão ao PT significa, se ainda houvesse incertezas, que ele vai depositar o seu valioso voto a favor de Lula, o único capaz de nos livrar de Jair Bolsonaro e do seu bolsonarismo. Em um país como o Brasil, onde abundam personagens melífluos na hora de dizer a que vêm, Requião é uma exceção. A coragem de expor sem disfarces a própria opinião, custe o que custar, é de fato qualidade extraordinária.

Há outros também desabridos ao revelar o seu pensamento. Tenho, pessoalmente, amizade e admiração pelos irmãos Ciro e Cid Gomes, também eles dotados do desassombro de abrir o coração e a mente, sem meias palavras. São eles duas figuras da cena brasileira, raras aliás, dispostas a agir em obediência ao seu pensamento. *CartaCapital* respeita a ambos e não deixa de lhes louvar o caráter. Bem conhecidas as investidas de Ciro e Cid contra comportamentos do Partido dos Trabalhadores e do próprio Lula, no Congresso e fora dele.

***CartaCapital* e eu,** pessoalmente, em várias ocasiões criticamos as posturas petistas, e a própria Gleisi Hoffmann ouviu minhas observações negativas em relação ao PT, quando de um debate realizado na Bahia, na presença do então governador Jaques Wagner. Nada disso desfaz o compromisso desta publicação de apoio incondicional ao candidato Lula nas eleições deste ano. A razão já foi exposta, mas vale repetir que nos mandatos ocupados por Lula o Brasil viveu um período de grande alento. E

Requião e os irmãos Gomes, ao dizer o que pensam, são personagens raras no palco da política nativa

RICARDO STUCKERT, L.C. MOREIRA/FUTURAPRESS E WANEZZA SOARES

O único capaz de nos livrar de Bolsonaro

este momento da recente história brasileira que representa o capital é exclusivo do ex-presidente e o qualifica para a próxima batalha decisiva.

Além de tudo, Luiz Gonzaga Belluzzo e eu, parceiros da desassombrada aventura de *CartaCapital*, temos razões para entender, mesmo porque o próprio Lula deixou pistas a respeito, que questões superadas em 2002, em uma situação completamente distinta da atual, demandam, por parte de um novo governo, intervenções destinadas a retirar o Brasil da classificação de país mais desigual do mundo, por obra e desgraça das condições impostas pela presença implacável de uma casa-grande ainda de pé.

Certo seria cogitar o mais depressa possível da demolição da mansão dos senhores e do reduto dos escravos. Não é coisa passível de conserto no curto prazo, isto é evidente. Necessário é, porém, iniciar a tarefa por mais íngreme que possa parecer ao sabor da determinação de agir na medida certa, sem afobamentos. Trata-se, enfim, de uma obra que, sem descurar da paciência, atua com o propósito de levar o povo a entender a gravidade dos vexames até hoje sofridos.

Esta obra didática de doutrinação coube claramente ao PT, que até hoje não a executou. Por aí eclode o segundo maior problema a afligir o País, a inércia resignada de um povo incapaz de reagir. O povo a cair na festa quando chega Lula há de ser entendido como é, sem retórica, alegre em meio à sua desgraça, sem identificar quem a provoca. Nesta alegria contraditória e até patética reside o triunfo da casa-grande, feliz com a inofensiva reação da senzala.

Nas últimas duas décadas, de 2002, ano da primeira eleição de Lula, até hoje, humilhados por uma série de golpes destinados a criar o fenômeno Bolsonaro, o Brasil mudou muito, em profundidade, e o mundo todo não deixou por menos. Presente da sua janela no Vaticano, a encarar a multidão na Praça de São Pedro, Francisco é o estadista capaz de uma visão global. Em sua visão, confirma os erros seguidos dos homens ainda e sempre tolhidos para a compreensão do mundo e da vida.

Neste contexto, o Brasil é talvez o país que mais se aviltou, entregue à demência e à ganância de quem o governa. Para o povo brasileiro, neste exato instante, Lula representa a esperança. Quem sabe até do próprio papa Francisco. •

A Semana

Lulinha livre

A Justiça Federal da 3ª Região arquivou, na segunda-feira 17, o inquérito contra o empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, por supostos repasses ilegais da empresa de telefonia Oi ao Grupo Gamecorp. Em dezembro, o Ministério Público Federal requisitou o arquivamento da investigação contra o filho do ex-presidente Lula. No parecer, a procuradora Luciana da Costa Pinto disse que sem os elementos obtidos na investigação, anulados com a suspeição do ex-juiz Sergio Moro, o inquérito não tem mais requisitos legais que justifiquem a continuidade da ação.

Poder/

Punhalada em aliado

Bolsonaro rejeita socorro financeiro ao Rio de Janeiro de Cláudio Castro

"Não dá para ser infiel, isso não serei com certeza", afirmou Cláudio Castro, em dezembro, ao reiterar o apoio à reeleição de Jair Bolsonaro durante uma coletiva de imprensa no Palácio Guanabara. Igualmente preocupado em se reeleger, o governador do Rio de Janeiro dava como favas contadas o socorro financeiro do governo federal ao estado, mas acabou apunhalado pelo ex-capitão. Após o Tesouro Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se manifestarem pela rejeição do plano de recuperação fiscal fluminense, Castro terá de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para se manter no programa e assegurar a continuidade da suspensão na cobrança das dívidas bilionárias do Rio com a União.

Em parecer, o Tesouro apontou a "precariedade" do plano de Castro, lastreado em "premissas técnicas frágeis" para reequilibrar as contas do estado. O Rio foi o primeiro a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, criado em 2017 para socorrer estados endividados. Em troca de um alívio no pagamento das dívidas com a União, os optantes se comprometem a adotar rígidas medidas de austeridade fiscal. Após mudanças nas regras do programa, o governo fluminense pleiteou uma nova adesão. Entre os problemas apontados pelo Tesouro figura a previsão de reajustes salariais aos servidores durante a vigência do regime. Apenas neste ano, a despesa com pessoal subiria 17,1%. Em 2023, a alta seria de 8,9%.

Lealdade não é o forte do ex-capitão

Renda/ **DESIGUALDADE PANDÊMICA**

ENQUANTO O POVO PASSA FOME, O BRASIL GANHA DEZ NOVOS BILIONÁRIOS

No Amazonas, população desenterra frango em lixão

Desde março de 2020, quando a pandemia provocou as primeiras mortes em território nacional, o Brasil ganhou dez novos bilionários, revela um relatório da Oxfam preparado para o Fórum Econômico Mundial, em Davos. O aumento da riqueza dos bilionários brasileiros entre 2019 e 2021 foi de 30% (39,6 bilhões de dólares), enquanto 90% da população teve redução de 0,2%.

O dado causa assombro diante do recrudescimento da fome no País. Na sexta-feira 10, por exemplo, moradores de Humaitá, no Amazonas, chegaram a escavar o solo de um lixão para reaproveitar frangos congelados descartados, impróprios para consumo.

O agravamento da concentração de renda é um fenômeno mundial. Nos dois primeiros anos da epidemia de Covid-19, os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, de 700 bilhões para 1,5 trilhão de dólares. Em contrapartida, a renda de 99% da humanidade caiu. A Oxfam estima que as desigualdades estão contribuindo para a morte de 21 mil pessoas por dia. A conta é baseada nas mortes globais provocadas pela falta de acesso à saúde pública, violência de gênero, fome e crise climática.

Violência sexual/ Inapelável

A Justiça italiana condena Robinho em última instância por estupro

A Justiça da Itália condenou, na quarta-feira 19, o atacante Robinho a nove anos de prisão pelo estupro coletivo de uma jovem albanesa. O crime ocorreu há nove anos em Milão, no norte da Itália, quando ele jogava pelo Milan. O atleta e seu amigo Ricardo Falco, também condenado pelo delito, não compareceram ao julgamento no Supremo Tribunal de Cassação, em Roma – a terceira e última instância do Judiciário italiano. Nas instâncias inferiores, ambos os réus sustentaram que a relação com a vítima, hoje com 31 anos de idade, havia sido consensual.

Conversas interceptadas pela polícia desmontam, porém, a versão apresentada pela defesa. "Estou rindo porque não estou nem aí, a mulher estava completamente bêbada, não sabe nem o que aconteceu", disse Robinho a amigos após o incidente, segundo documentos anexados no processo. Com a condenação definitiva, a Justiça italiana precisa se pronunciar sobre o início do cumprimento da pena.

A Constituição brasileira impede a extradição de seus cidadãos por crimes cometidos no exterior. A Lei de Migração (13.445/17), no entanto, prevê a possibilidade de execução da pena em território nacional nos casos em que a extradição não seja possível.

Robinho vangloriou-se do fato de a vítima estar "completamente bêbada"

Vacinados contra a estupidez

Os brasileiros parecem imunes às recomendações negacionistas de Jair Bolsonaro. Uma recente pesquisa do Datafolha, divulgada na terça-feira 18, revela que 81% da população é a favor da apresentação do comprovante de vacinação contra o Coronavírus para entrar em locais fechados, como bares, restaurantes, *shoppings*, casas de espetáculos e escritórios. Da mesma forma, oito em cada dez brasileiros manifestaram-se a favor da imunização de crianças de 5 a 11 anos de idade contra a Covid. Ao que parece, o ex-capitão só mantém a influência sobre os seus mais radicais apoiadores.

França/ BOLSONARO FEZ ESCOLA

CANDIDATO DA ULTRADIREITA FRANCESA É CONDENADO POR INCITAÇÃO AO ÓDIO

A três meses das eleições, Eric Zemmour, candidato da ultradireita na corrida presidencial francesa, foi condenado a pagar multa de 10 mil euros – o equivalente a 62,9 mil reais – por incitar o ódio contra imigrantes. O episódio remonta a 2020, quando ele criticou, durante um programa televisivo, a entrada de migrantes menores de idade desacompanhados, a quem descreveu como "ladrões", "assassinos" e "estupradores". Segundo ele, o fluxo migratório era "uma invasão permanente" à França.

Esta não é a primeira vez que Zemmour foi condenado por suas assombrosas declarações, nem deve ser a última. Na quinta-feira 20, após a conclusão desta nota, ele será julgado por outras afirmações feitas no mesmo programa de tevê. Em outubro de 2019, o agora candidato afirmou que o marechal Pétain, chefe de Estado francês que colaborou com a Alemanha nazista, "salvou" judeus franceses, o que levou a promotoria de Paris a acioná-lo na Justiça. Espantosamente, ele aparece em quarto lugar na preferência dos franceses, com 12% a 14% das intenções de voto.

Zemmour chamou menores imigrantes de "assassinos"

OLIVIER MORIN/AFP, ZEMMOUR2022, REDES SOCIAIS E CAROLINA ANTUNES/PR

A reforma da reforma

AS MUDANÇAS TRABALHISTAS DE 2017 ESCULPIRAM O DESASTRE ECONÔMICO E SOCIAL. SE QUISER VOLTAR A CRESCER, O BRASIL VAI PRECISAR DE NOVAS REGRAS

por CARLOS DRUMMOND

Apesar do retorno ao mercado de trabalho, no ano passado, de 8,7 milhões de brasileiros que haviam perdido a ocupação desde o início da pandemia, o salário médio no terceiro trimestre de 2021, em vez de subir, caiu 11% em relação àquele do mesmo período de 2020. Por sua vez, a massa salarial, de 225 bilhões de reais, "não teve variações estatisticamente significativas", segundo a Pnad Contínua divulgada pelo IBGE. Os dados da pesquisa deixam evidente o colossal arrocho salarial provocado, em boa medida, pela reforma trabalhista implantada no governo Michel Temer em 2017 e aprofundada por Bolsonaro, que retirou direitos, asfixiou os sindicatos e travou o mercado consumidor. "É brutal a queda da massa salarial. Você coloca mais 8,7 milhões a trabalhar e a massa salarial cai, pois o volume daqueles que estão vindo para o mercado de trabalho não é suficiente para compensar o arrocho provocado em grande parte pela rotatividade", dispara o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, Assessor do Fórum das Centrais Sindicais.

No centro da discussão política desde que Lula prometeu rever vários pontos caso vença as eleições, a reforma trabalhista será decisiva também para mudar o rumo da economia. O Brasil é o segundo país com a maior proporção de trabalho informal no mundo, atrás só da Colômbia, segundo a OCDE, e deverá voltar ao número astronômico de 14 milhões de desempregados neste ano, conforme previsão da OIT. O País deverá ter ainda a terceira pior taxa de expansão do PIB, de acordo com estimativa da ONU, e caiu da terceira posição, em 2013, para a décima colocação no levantamento de preferência de investimentos entre presidentes de empresas mundiais organizado pela consultoria PwC. Com a campanha presidencial, os debates sobre a reforma tendem a esquentar. Pouco depois de Lula e as centrais sindicais proporem a revogação ou revisão da reforma aprovada em 2017, Bolsonaro saiu em sua defesa, assim como o seu criador, o ex-presidente Temer.

SOMOS O SEGUNDO PAÍS COM A MAIOR PROPORÇÃO DE TRABALHO INFORMAL NO MUNDO

Defendida por empresários e pela mídia e criticada por Lula e o PT, a reforma trabalhista significou um retrocesso profundo nas relações entre o capital e o trabalho, precarizou o emprego e fragilizou os sindicatos de forma inédita, com uma regressão para padrões anteriores à Segunda Guerra Mundial. Outro efeito danoso foi achatar o gasto das famílias, responsável por dois terços do Produto Interno Bruto, uma trava para qualquer tentativa de reaquecimento nos marcos da política econômica atual.

Lançada com a promessa do então ministro da Fazenda Henrique Meirelles de que iria gerar 6 milhões de novos empre-

O trabalho precário derrubou a renda dos brasileiros. A Espanha de Sánchez revogou a legislação neoliberal. Lula fará o mesmo?

NELSON ALMEIDA/AFP E RICARDO STUCKERT

gos, a reforma não impediu a alta do desemprego de 12,5 milhões de indivíduos em 2017 para cerca de 14 milhões, ampliou a informalidade de 42 milhões naquele ano para 45 milhões de trabalhadores, quase metade do total da população ocupada, e reduziu em 1 milhão o número de trabalhadores formais, documentam dados do IBGE.

Os estragos da reforma trabalhista espalharam-se da esfera do trabalho para o conjunto da economia, em completa contradição com o que prometiam seus defensores, que acenavam com a ampliação das vagas possibilitada, segundo eles, pela redução do custo da mão de obra e ainda com a elevação da produtividade. O economista Marcelo Manzano, do Instituto de Economia da Unicamp, concluiu no estudo intitulado *Impactos Econômicos da Reforma Trabalhista*, que, além de ineficaz para impulsionar o nível de atividade econômica, ela causa efeito reverso, isto é, está relacionada às baixas taxas de investimento produtivo, ao estancamento da produtividade do trabalho, à perda de competitividade externa, à desmobilização dos estabilizadores automáticos dos sistemas públicos de proteção social e à redução generalizada da propensão ao consumo.

Os trabalhadores do setor de serviços, com maiores dificuldades de organização, estão entre os principais prejudicados

O central, do ponto de vista macroeconômico da formação da demanda, ressalta Ganz Lúcio, é que a predominância do surgimento de empregos precários, portanto, com baixa remuneração, combinada a um processo de queda nos salários, tanto porque os sindicatos perdem força quanto por causa da corrosão provocada pela inflação, acelerada no último ano, tem um efeito relevante. A disputa salarial é afetada pelo desemprego, que desestimula os trabalhadores a travar lutas porque eles sabem que não adianta fazer uma greve se a empresa está que-

À injustiça histórica da defasagem salarial soma-se a injúria da reforma administrativa

brada e se há inúmeros desempregados na disputa por uma colocação. Isso tudo gerou uma adversidade muito grande que, com a pandemia, aumentou ainda mais.

O que se viu no ano passado, sublinha o assessor sindical, é que, apesar de o País ter recuperado parte do dinamismo econômico perdido no primeiro ano de pandemia e da previsão do governo de que a queda seria seguida de retomada, quando o ministro Paulo Guedes chegou a vaticinar que o País ia "bombar", o que ocorreu foi bem diferente e hoje há uma estagnação à beira de uma recessão. Isso está associado, em parte, a uma queda estrutural na massa de salários.

Apoiada pelo conjunto do empresariado, a reforma de Temer encontra seus defensores mais fervorosos naqueles setores que empregam grandes contingentes de trabalhadores mal remunerados e desorganizados do ponto de vista sindical, justo os que mais perderam com a mudança. "De longe, entre as categorias mais prejudicadas com a precarização de contratos da reforma trabalhista e o aumento da rotatividade estão as do setor de turismo e hospitalidade, que reúne trabalhadores em bares, restaurantes, limpeza de prédios e segurança, que abrange categorias como vigilantes, vendedores de lojas e pessoal de limpeza, segmentos

UM DOS OBJETIVOS DA REFORMA FOI ENFRAQUECER OS SINDICATOS

mais dispersos e de organização mais difícil, o que repercute nos reajustes. Cerca de 80% dessas categorias tiveram perdas salariais em 2021", observa Luís Ribeiro, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese. A situação desse contingente só não é mais grave do que aquela dos trabalhadores por aplicativos e domésticas, sem acordo trabalhista, por conta própria. Eles não negociam reajuste, estão totalmente reféns. "A reforma trabalhista incentivou essas novas formas de contratação, muito mais precárias. Um dos objetivos da reforma foi tirar os sindicatos da jogada", acrescenta Ribeiro.

Segundo o economista José Dari Krein, do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp, a reforma trabalhista tem em comum com as reformulações regressivas implantadas em vários outros países, uma enorme pressão para: **1.** Ampliar as formas de contratação flexíveis. **2.** Despadronizar a regulamentação do uso do tempo de trabalho construída historicamente. **3.** Avançar na remuneração variável e nas formas de pagamento por verbas não salariais. **4.** Individualizar a definição das regras na empresa até o ponto de o empregado negociar diretamente com o empregador. **5.** Fragilizar as instituições públicas e os sindicatos. **6.** Reduzir as políticas de proteção dos assalariados com reformas no sistema previdenciário, na saúde e segurança do trabalho e no seguro-desemprego. "A partir dos anos 1970, o capitalismo global voltou ao seu leito natural no sentido de impor uma ordem regulada pelo mercado, em que o capital e as finanças têm liberdade de movimentação, fugindo das regulamentações estabelecidas no pós-Guerra", destaca.

As regulamentações do pós-Guerra constituíram o chamado capitalismo contratual, que vigorou entre 1950 e 1973 e foi analisado, entre outros, pelo economista Michel Aglietta, professor da Universidade de Paris. O capitalismo contratual é assim chamado, diz Aglietta, porque superou o persistente subemprego involuntário que prevaleceu no período entreguerras, por meio de instituições de mediação da relação salarial, negociação coletiva e modelos de proteção social, e ainda por meio da estrita regulação das finanças e do sistema monetário internacional de Bretton Woods, o que permitiu uma ampla autonomia das políticas monetárias nacionais no quadro das taxas de câmbio fixas e ajustáveis.

A negociação coletiva foi uma instituição predominante para regular o crescimento salarial em relação ao progresso na produtividade do trabalho. Aglietta indica a importância entre a organização e as instituições do trabalho e o bom funcio-

BETO BARATA, ASFOC/SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FIOCRUZ E ISTOCKPHOTO

A dupla vendeu a ilusão de 6 milhões de empregos

namento da economia: "Os contratos coletivos de médio prazo permitiram o aumento do consumo em massa, o que deu às empresas previsibilidade de antecipar sua demanda efetiva e alinhar o acúmulo de capital produtivo com as aspirações dos empregados". A partir de 1973, esse arcabouço de regulação da relação capital-trabalho foi desmontado com reformas trabalhistas regressivas em vários países.

Citada como exemplo por Lula, a reforma aprovada em dezembro pelo governo Pedro Sánchez, do Partido Socialista Obrero Español, na forma de decreto a ser referendado pelo Parlamento, foi negociada entre trabalhadores, governo e empresários e visa atacar o problema do alto desemprego, em especial entre os jovens, um dos maiores índices de desigualdade da Europa e a precarização das condições de trabalho. A proposta busca substituir as normas trabalhistas e de relações de trabalho adotadas pelo governo conservador do então *premier* Mariano Rajoy, em 2012. Do mesmo modo que a reforma de Temer, a reformulação de Rajoy prometia aumentar o emprego.

Referência também para as centrais sindicais e outros partidos progressistas do Brasil, a reforma espanhola prevê o fortalecimento dos gastos sociais em educação e saúde, a criação de um programa de renda mínima inspirado no Bolsa Família e um aumento real do salário mínimo de 60% até 2023. Estabelece ainda a limitação do uso de contratos de curta duração, o estímulo aos contratos por tempo indefinido, investimentos em um programa de qualificação profissional e ampliação do acesso aos programas de preservação de empregos criados para o combate à pandemia.

A Coreia do Sul foi submetida a uma reforma de retirada de direitos nos moldes da implantada no Brasil por Temer, no período da agenda neoliberal mais radical, de 1993 a 1998. A partir de 2017, teve início uma virada, com a retomada dos direitos suprimidos. "Foi uma agenda imposta pelo FMI e EUA com a ideia de preparar a entrada do país na OCDE. O resultado foi a crise de 1997. Com o crescimento da pobreza, a partir de 1998, retomou-se um maior ativismo do Estado e houve um rompimento com a agenda neoliberal", destaca o economista Uallace Moreira, professor-visitante na South National University, da Coreia do Sul, e professor-adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia.

Na Coreia do Sul, a nova legislação trabalhista reduziu a jornada, mas manteve os salários

WALMIR CIRNE/AGIF/AFP, RENATO LUIZ FERREIRA E ILO-ASIA

Sob a reforma que suprimiu direitos, diz, o porcentual de trabalhadores autônomos chegou a 40%, com elevado nível de precarização e queda de renda, e o problema da Previdência agravou-se. "Mesmo com a retomada dos direitos trabalhistas, a partir de 2017, a taxa de desemprego na Coreia caiu. Ou seja, direitos trabalhistas não impedem a geração de empregos, como aconteceu no Brasil durante os governos do PT", afirma Moreira. O país, lembra, tinha uma taxa de desemprego de 4,5% no início da pandemia, agora ela está em 2,6%.

As normas vigentes limitam a subcontratação, estabelecem a responsabilização dos empregadores principais e preveem punições se forem culpados por acidentes graves. O presidente Moon Jae-in comprometeu-se a ratificar as convenções fundamentais da OIT para criar "uma sociedade que respeite o trabalho". Uma série de direitos dos trabalhadores formais foi estendida aos intermitentes, subocupados e parciais, inclusive aposentadoria. Destaca-se a política de valorização do salário mínimo, que aumentou 36,4% de 2017 a 2020, acima da média de 16,4% nos países da OCDE. Os salários médios cresceram 6,2% entre 2016 e 2018, o mesmo que nos sete anos anteriores somados. "É sintomático que, na Coreia do Sul, em 2018, a participação dos salários no PIB tenha crescido 1,5 ponto porcentual e atingido 61%, o maior nível desde 2009", sublinha Moreira. Outra medida foi a redução da jornada de trabalho, de 62 horas para 52 horas semanais, sem di-

minuição dos salários. No setor público, contratos por tempo determinado foram substituídos por contratos por tempo indeterminado, com direitos trabalhistas.

Nos Estados Unidos, o governo Joe Biden iniciou um processo de mudanças nas leis que regularam as relações de trabalho e a organização sindical na gestão de Donald Trump, no sentido de aumentar os direitos e o poder de reivindicação dos trabalhadores. As modificações incluem o aumento das exigências para a classificação dos empregados como independentes em vez de contratados, punições adicionais para o descumprimento das normas e o aumento da fiscalização e do número de funcionários dedicados a essa atividade. Biden defende o projeto de lei que garante maior proteção ao direito de se organizar, com sanções financeiras às empresas que interferirem na organização sindical e responsabilização pessoal dos executivos que agirem nesse sentido. O projeto foi aprovado na Câmara e aguarda a apreciação do Senado. O governo pretende ainda mudar aspectos da legislação que dificultam a capacidade dos trabalhadores de buscar salários mais altos, melhores benefícios e condições. A proposta de orçamento para este ano inclui, além de gastos para a geração de empregos e auxílio às famílias de baixa e média renda, aumento de financiamento para o Departamento do Trabalho, o Conselho Nacional de Relações Trabalhistas e a Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego, a fim de garantir que "os trabalhadores sejam tratados com dignidade e respeito no local de trabalho".

A COREIA DO SUL REVOGOU AS LEIS NEOLIBERAIS. RENDA E EMPREGO NÃO PARAM DE CRESCER

A combinação de estagnação, política econômica recessiva, retração da renda e insegurança crescente quanto às perspectivas político-institucionais do Brasil provocou a saída em massa de empresas estrangeiras e aumento do problema do desemprego e das ocupações menos qualificadas, mostra o caso exemplar da Ford. "O fechamento da montadora em Camaçari, na Bahia, implica o encerramento das atividades de 30 outras empresas e a perda de 120 mil empregos. O trabalhador sai da Ford recebendo 5 mil reais e vai ganhar 2 mil reais fazendo qualquer outra coisa. Imagine como está o arrocho salarial dessa massa em torno da Ford", diz Ganz Lúcio.

O aprofundamento incessante das desigualdades e as limitações da condução da economia a partir das diretrizes ortodoxas estão na origem de um aumento das mobilizações no mundo. Trabalhadores dos Estados Unidos realizaram 250 greves no ano passado. Segundo o Nobel de Economia Lawrence Summers, os sindicatos devem fazer parte da agenda nacional e os EUA precisam deles mais que nunca, pois o poder declinante dos trabalhadores está diretamente associado ao mau desempenho recente da economia do país.

A mobilização dos entregadores por aplicativo cresce com greves no Brasil e na Europa e a categoria obteve na Espanha o primeiro acordo coletivo, que prevê alguns benefícios concedidos apenas a trabalhadores formais. A China passou na frente de países do Ocidente ao obrigar as empresas de aplicativos de entrega a pagar mais que o salário mínimo e garantir seguros e descanso aos entregadores. No Brasil, funcionários públicos de mais de 40 categorias protestaram na terça-feira 18 em busca de reajustes. A disputa entre capital e trabalho há muito tempo não ficava tão explícita. •

Os entregadores de aplicativos se mobilizam. Os trabalhadores da Ford foram largados na beira da estrada

Reformismo equivocado

▶ Se um trabalhador é excluído da Previdência, onde ele estará daqui a alguns anos? Obviamente, em busca de um justo benefício assistencial, custeado pela sociedade

A revisão da reforma trabalhista no Brasil entrou para o noticiário na virada do ano. O estímulo para a discussão veio da Espanha, que fez um novo acordo sobre medidas tomadas dez anos atrás. Em boa hora, o ex-presidente Lula colocou o assunto na pauta do dia. Trata-se de um debate do qual o governo federal e o Congresso Nacional não poderão fugir.

Com efeito, as reformas iniciadas em 2016 ocorreram em meio a uma promessa "milagrosa" de criação de empregos. A reforma trabalhista enfraqueceu a organização sindical, dificultou o acesso dos trabalhadores à Justiça e precarizou as relações trabalhistas. O reformismo equivocado ajudou a levar o desemprego para o nível altíssimo de 13,9% em março de 2017. Segundo a consultoria Austin Rating, o Brasil tem hoje o quarto maior desemprego entre 43 países, o dobro da média mundial.

Vale enfatizar que tudo isso reforçou uma terrível marca da história brasileira: a concentração de riqueza nas mãos de poucos. A supressão de direitos trabalhistas e a perda da capacidade de mobilização dos sindicatos conduzem à redução da participação da renda do trabalho, aumentando a pobreza e debilitando um ativo estratégico do nosso país: um forte mercado de consumo de massa.

A revisão da reforma não pode, porém, ser um mero "retorno ao passado". Na Espanha, o governo está atento, por exemplo, à realidade dos trabalhadores por aplicativo, que demanda novas normas. O Brasil está numa situação que especialistas chamam de desindustrialização precoce, pois nossa economia não atingiu todo o potencial manufatureiro e regrediu. A indústria perdeu peso no Produto Interno Bruto e houve especialização em *commodities* e serviços, com muita informalidade. Neste cenário, é salutar o início do debate sobre a revisão da reforma trabalhista, dentro de uma nova realidade da economia e das necessidades da população.

No fim de 2021, o Judiciário colocou em xeque certos "dogmas" da ideologia do trabalho precário. O Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a existência de vínculo empregatício de um motorista com uma empresa de aplicativo de transporte. Cuida-se de um precedente ainda isolado e oriundo de uma Turma, mas é importante na medida em que rompe com o monolitismo até então reinante.

O Brasil criou nos anos 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, a ideia de "sociedade do trabalho". Os governos Lula e Dilma conseguiram transformar crescimento econômico em política de distribuição de renda (ganhos salariais reais, formalização do emprego, valorização do salário mínimo). Precisamos, agora, retomar esse caminho, assentado em um novo projeto nacional de desenvolvimento. A revisão da reforma trabalhista é parte importante de tal projeto, pois a dignidade do trabalho e os direitos dos trabalhadores não são obstáculos ao desenvolvimento. Ao contrário, os direitos dos mais pobres ajudam a dinamizar a economia, estimular investimentos e, sobretudo, são vitais para uma sociedade em que haja paz.

Rever a reforma trabalhista não significa dar passos atrás, e sim caminhar para a frente, no caminho certo. Para esta revisão, sem dúvida, é preciso estar atento a novas tecnologias e a novos serviços, porém jamais isso pode significar a renúncia a padrões mínimos de proteção social, inclusive porque isso é uma brutal irresponsabilidade fiscal. Afinal, se um trabalhador é excluído da Previdência Social, onde ele estará daqui a alguns anos? Obviamente, em busca de um justo benefício assistencial, que será custeado por toda a sociedade, enquanto o tomador do serviço (plataformas tecnológicas, por exemplo) com nada terá contribuído, não obstante tenha auferido gigantescos lucros com o trabalho alheio.

Voltando ao exemplo da Espanha, a revisão da reforma trabalhista deve ser pactuada com empresas e trabalhadores, tendo o governo e o Congresso como coordenadores e mediadores. Ultrapassado o atual ciclo de trevas, necessitamos revalorizar o diálogo e os pactos sociais, encerrando esse período em que o salutar debate nacional foi substituído por *fake news*, cercadinhos e tenebrosas transações com o "orçamento secreto". Os gerentes dessas falcatruas, além de roubar dinheiro público como nunca antes se viu, também querem roubar o debate de ideias, substituindo a democracia pela lógica miliciana da destruição e do ódio.

A revisão da reforma trabalhista deve ser a afirmação de um reformismo sintonizado com a Constituição Federal de 1988, paradigma maior de uma sociedade justa e solidária, em que as desigualdades sociais sejam combatidas e, para tanto, o trabalho humano seja respeitado. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ALDO FORNAZIERI

Segunda chance

▶ O Brasil e a América Latina estão diante da oportunidade histórica de promover uma robusta reindustrialização. Os presidenciáveis deveriam dar mais atenção ao tema

A pandemia gerou uma oportunidade histórica de reindustrialização da América Latina. O Brasil vem sofrendo um longo processo de desindustrialização, que dura 40 anos. As causas são múltiplas: históricas, sociais, econômicas, políticas, estruturais, educacionais e culturais.

Escolhas estratégicas erradas e ineficiências do Estado e dos governos são elementos agudos desse processo. Escolhas erradas em relação à globalização também aceleraram esse processo. Na indústria, há um deserto de lideranças fortes e lúcidas que impulsionem o setor para a inovação e a modernização. Enquanto países como China e Coreia do Sul aproveitaram a globalização para saltar rumo ao futuro, andamos para trás. Ao invés de sair da nossa trágica normalidade, nós afundamos nela.

Nos anos de 1980, a indústria participava com cerca de 33% na composição do PIB. Hoje, seu peso é menos que a metade. O setor da indústria era superavitário na balança comercial. Hoje é deficitário. O Estado investe pouco mais que nada e o Investimento Estrangeiro Direto vem caindo. Empresas estrangeiras estão saindo do País. Em 2020, encerraram suas atividades a Ford, a Sony e a Mercedes-Benz. Mais de 5 mil fábricas fecharam as portas.

Mas por que surge uma possibilidade de mudar este cenário? O contexto da pandemia gerou uma enorme crise de logística e dos transportes. Se a globalização havia proporcionado transportes e fretes marítimos baratos, nos dois últimos anos, em vários casos, os valores saltaram até 1.000%. Há escassez de contêineres e de navios. A situação afetou tanto a produção quanto o consumo em diversos países. Faltaram peças para produzir e produtos para consumir. Tudo ficou mais caro.

Embora o fim da pandemia possa trazer alívio nos preços e um aumento de oferta de peças e de produtos, os especialistas dizem que a situação não voltará ao estágio pré-pandemia. Este é o momento, a ocasião que se oferece para a reindustrialização. Algumas empresas perceberam esta oportunidade. Em vez de esperarem peças e produtos da China, começaram a fabricar os componentes no Brasil.

A crise mostrou a conveniência da autonomia produtiva. Se a globalização e a abertura de mercados haviam revelado as facilidades e os custos e preços mais baratos da produção e do consumo, agora a crise mostra as vantagens da redução da dependência externa.

Não que o mundo globalizado e interdependente vai acabar. O que está em curso é um reequilíbrio na relação dependência/independência, quando se fala de produção e consumo. Os bens e insumos tendem a ser produzidos mais perto de casa e das linhas de montagem. Os conteúdos locais e regionais ganharão fôlego em relação aos conteúdos globais. Não se trata de antiglobalismo, e sim de reequilíbrio entre o global e o local.

Estamos em ano eleitoral e os programas de governo terão de se debruçar sobre o tema. É possível e necessário recuperar setores que foram perdidos. Mas os programas deveriam olhar mais para o futuro do que para o passado. A agenda do desenvolvimento futuro terá de ter a sua centralidade na sustentabilidade, na crise ambiental, na descarbonização. O país que não tiver esse foco está destinado a ficar para trás.

Existem outras tendências importantes: a economia digitalizada, descentralizada, mais livre, menos regulada, principalmente nas transações financeiras, é a revolução do momento. Se o mundo da produção está passando por uma mudança extraordinária, o mundo do trabalho o acompanha. Inclusão e diversidade, trabalho remoto, habilidades comportamentais, *coworkings*, combinações entre o robótico e o artesanal, economia compartilhada, entre outras, são novas tendências da produção e do trabalho.

Qual o papel do Estado diante dessas tendências? Esta é uma resposta que os candidatos precisam apresentar. O Estado pesado do velho nacional-desenvolvimentismo não tem mais lugar neste mundo. Tampouco o Estado burocrático atual, de privilégios, ineficiente, capturado pelas elites e pelos partidos, também precisa ser superado.

O Estado precisa ser pensado como um ente garantidor do bem-estar, do desenvolvimento humano (educação, saúde, habitação, segurança, cultura), da garantia dos direitos e da sustentabilidade. Impedir a produção predadora e salvar o planeta é uma demanda universal e um dever irrenunciável do Estado.

A regulação, a mediação dos conflitos e a garantia da lei justa, da igualdade, da liberdade e da democracia devem ser preocupações centrais nestes tempos sombrios. O Estado deve ser facilitador e garantidor desses bens. A justiça e a igualdade são pressupostos e finalidades da sustentabilidade. O planeta não será salvo sem a efetividade de ambas. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Até a última gota de suor

O RECONHECIMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT PELA OMS PODE RESULTAR EM UMA AVALANCHE DE AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA EMPRESAS QUE PRESSIONAM DEMAIS OS EMPREGADOS E IMPÕEM METAS INATINGÍVEIS

por FABÍOLA MENDONÇA

"Eu e a empresa crescemos muito e muito rapidamente. Assumi um nível de responsabilidade bastante elevado para a minha idade, formação e experiência, um ritmo extremamente acelerado de trabalho, sempre atendendo todo mundo, resolvendo problemas e achando que ainda não estava fazendo o suficiente. Sem pausas, fui acumulando infecções e inflamações intestinais e respiratórias. Senti uma dor no peito por um ano. Tive crises de ansiedade em hotéis, aeroportos, dirigindo, voltando de cliente. Comecei a sentir que nada do que fazia tinha sentido, de que eu estar ali, ou não, não fazia diferença. Tive uma depressão que me isolou da minha própria equipe, e o CEO, em vez de perguntar como eu estava, me repreendeu por não estar mais presente com o time."

O relato acima é da publicitária Carol Milters, que, em 2015, se desligou da sociedade que tinha com a empresa por não conseguir mais continuar com o ritmo de trabalho extenuante que levava. Dois anos mais tarde, já morando na Holanda, onde vive até hoje, teve um segundo episódio de exaustão laboral e foi diagnosticada com Síndrome de Burnout, uma enfermidade que, a partir deste mês, foi incluída na classificação internacional de doença pela Organização Mundial da Saúde, com direito, inclusive, a um número do Código Internacional de Doenças (CID). Depois do esgotamento decorrente do trabalho, Milters debruçou-se a estudar o tema e atualmente é uma das coordenadoras do Burnoutados Anônimos, um grupo de apoio *online* com encontros mensais, reunindo pessoas de vários países. É ainda autora do livro *Minhas Páginas Matinais: Crônicas da Síndrome de Burnout,* publicado em português e em inglês e presente em mais de 15 países, onde relata sua experiência com a doença.

ESTIMA-SE QUE 30% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E 4% DA MUNDIAL PADECEM COM A DOENÇA OCUPACIONAL

A Síndrome de Burnout é resultante de estresse crônico provocado pelo trabalho, levando a um distúrbio emocional e ao desgaste físico. Em muitos ca-

ARQUIVO PESSOAL E ISTOCKPHOTO

Carol Milters criou um grupo de apoio *online* para os trabalhadores acometidos pela moléstia laboral

sos, pode ser desencadeada juntamente com outras doenças, como depressão. Os sintomas vão desde exaustão física e mental até dores no corpo, alterações no apetite, problemas gastrointestinais, insônia e falta de concentração, sem falar que provoca um sentimento de fracasso e incompetência. A Burnout pode ser desencadeada a partir de um ambiente de trabalho tóxico, com cobranças de superiores e exigências de metas inatingíveis, o que leva o trabalhador a se sentir incapaz por não alcançar o objetivo. Segundo a International Stress Management Association (Isma), 30% da população brasileira e 4% da mundial sofrem com a Síndrome de Burnout. A precarização das relações de trabalho, a retirada de direitos trabalhistas, a uberização e o desemprego potencializaram a doença, que não é nova, sempre existiu, mas cresce a cada dia, diante da pressão, da competi-

A *filmmaker* e DJ Yuri Engelberg e a publicitária Dani Santis adoeceram por causa das tóxicas relações e cobranças no local de trabalho

tividade e da individualidade características da sociedade capitalista.

"No vocabulário gerencial, a precarização transfigura-se e é apresentada à classe trabalhadora como 'necessidade de otimização e flexibilidade, redução de custos e melhora da eficiência'. Para escapar das recriminações, os indivíduos, a cada vez que fracassam ou justamente para evitar o fracasso, no lugar da crítica às condições de trabalho precárias e às demandas excessivas, empenham-se ainda mais, em um círculo vicioso que devora, progressivamente, a saúde mental e o tempo da existência", observa Carlos Eduardo Carrusca, pós-doutor em Psicologia e professor do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Psicologia da PUC Minas, acrescentando que no Brasil e em outros países as contrarreformas trabalhistas acentuaram a exploração da força de trabalho. "Ainda que ofereça tudo ao trabalho, o profissional sentirá que os seus esforços nunca serão suficientes. O resultado desse círculo vicioso é o esgotamento do trabalhador, matizado pelos sentimentos de impotência, frustração, culpa e vergonha. A Síndrome de Burnout é, portanto, o sintoma de um mal-estar crônico, experimentado no contexto laboral contemporâneo."

Segundo dados da Central Única dos Trabalhadores, os professores e os profissionais de saúde – estes últimos com mais evidência na pandemia – estão entre as categorias com maior índice de adoecimento por Síndrome de Burnout. Em regra, professores, assim como médicos e enfermeiros, têm uma carga de trabalho exaustiva por acumular vários empregos. Além de serem pouco valorizados e disporem de baixa remuneração, os professores ainda levam trabalho para casa e são cobrados por produção científica. Autor de uma pesquisa sobre a rotina laboral dos professores universitários, Carrusca lembra as múltiplas cobranças pelas quais o docente está sujeito. "Quando avaliamos os níveis de cobrança institucional, dos alunos, pares e dos próprios professores, verificamos que os docentes são os que mais se cobram, seguidos pelas instituições em que atuam. A autoexigência parece ter relação com a profunda identificação que muitos têm com a atividade e com um forte desejo de proteger o ofício docente e a sua qualidade, apesar das adversidades enfrentadas."

Na pandemia, o cenário piorou com o trabalho remoto, acumulando com os afazeres domésticos. As mulheres foram as mais atingidas. "A dupla e a tripla jornada são fatores de risco a mais para as trabalhadoras. Ao mesmo tempo, esses fatores são ampliados expressivamente, quando considerados em uma perspectiva interseccional. Adicionando ao gênero, à classe social e à raça encontraremos as mulheres negras e pobres como as mais afetadas", explica Carrusca. Madalena Teixeira, secretária de Saúde do Trabalhador da CUT Nacional, lembra que o trabalho precisa ser tratado como um direito humano e não deve ser um processo adoecedor.

"Nem sempre conseguimos que a Síndrome de Burnout tenha o diagnóstico e o CID corretos e que seja diagnosticada como doença relacionada ao trabalho. E, portanto, a responsabilidade pelo processo de adoecimento termina sendo do trabalhador. A nossa luta é para desconstruir isso, de modo que não fique no campo da individualização, mas que seja visto como um problema da organização dos processos de trabalho", diz Teixeira. "O reconhecimento da OMS é importante porque nos possibilita avançar na luta por melhores condições de trabalho e provar o quanto a gestão dessas empresas precisa se humanizar. Vai levar também a ações judiciais, por atingir algo sensível para o mercado, que é a questão financeira."

Advogado trabalhista e integrante da OAB Pernambuco, Cláudio Ferreira também aposta no aumento do número de ações trabalhistas a partir da decisão da OMS, por facilitar a responsabilização do empregador, além de possibilitar o reconhecimento mais célere do direito ao benefício previdenciário. "Espera-se que os tribunais levem em consideração a medida da OMS na definição da causa determinante para a responsabilização."

Se hoje a *filmmaker* e DJ Yuri Engelberg se diz realizada profissionalmente, nem sempre esta foi a realidade. Há sete anos, ela sentiu na pele os efeitos da Síndrome de Burnout. Nem mesmo na condição de estagiária, função complementar aos estudos e que deveria contribuir com a formação profissional da estudante, Yuri estava imune dos abusos.

"Os problemas começaram com a minha chefe direta, que fazia o perfil narcisista e brincalhona, estipulava prazos irreais para parecer algo possível e 'divertido', sempre reforçando 'a sorte que eu tinha de estar trabalhando ali'. Para cumprir os prazos exigidos, comecei a me atrasar para as aulas na faculdade

"ESSE TRABALHO QUE SE PERVERTE NO CAPITALISMO DEVORA A EXISTÊNCIA HUMANA", ALERTA CARLOS EDUARDO CARRUSCA

e passei a deixar de fazer alguns trabalhos acadêmicos. Eis que chegou a semana da entrega e apresentação do trabalho final mais importante do semestre na faculdade, então deixei minha chefe avisada que naquele dia não poderia ficar até mais tarde. O dia chegou e ela me fez ficar. Lembro do ódio que senti. Quando, finalmente, saí do escritório, comecei a chorar a caminho do metrô e ao longo do percurso percebi que estava tendo um ataque de ansiedade, o coração acelerado, falta de ar e uma sensação de que ia convulsionar ou desmaiar a qualquer momento", relata Yuri.

Carrusca leciona Psicologia na PUC Minas

ARQUIVO PESSOAL

A publicitária Dani Santis é mais uma a entrar nas estatísticas do esgotamento laboral. Ela respondia pelo setor de comunicação e *marketing* de uma multinacional presente em 11 países. Tinha de lidar com 39 escritórios mundo afora e administrar o trabalho em meio a cinco fusos horários e diferentes idiomas. Não tardou para ela ser surpreendida pela Síndrome de Burnout. "A cultura da empresa em si já era tóxica, tinha uma rotina alucinante. Eu não tinha limites, minha vida pessoal não tinha espaço dentro da minha vida profissional", relata Santi, explicando que conseguiu superar a doença. "Depois do diagnóstico, minha vida mudou 180 graus, minha relação com o trabalho foi totalmente ressignificada. Eu passei a entender que o trabalho é só mais um pilar da minha vida. Hoje eu sei que tem começo, meio e fim, eu sei o horário que começo a trabalhar e o que paro. Aprendi a fazer nada, que era uma coisa que eu não sabia. Não foi fácil, precisei de muita reflexão e de muito entendimento sobre a vida e sobre mim mesma. Mas hoje eu posso dizer que estou muito bem."

Sobre as exigências inatingíveis impostas pelo mercado, Carlos Eduardo Carrusca recorre a Karl Marx, autor do clássico *O Capital*, para descrever a sanha dos empresários pelo lucro em detrimento da saúde de seus trabalhadores. "O trabalho é uma atividade central na produção de cada um de nós e de nossa sociabilidade. Mas, sob a égide do capital e do neoliberalismo, o trabalho é reduzido, como diria o próprio Marx, à 'mais miserável das mercadorias'. Esse trabalho que se perverte no capitalismo devora a existência humana. Em razão disso, a Síndrome de Burnout espelha o tempo em que vivemos", avalia. "Ela não deve ser lida apenas sob a perspectiva do indivíduo, mas como enfermidade que reflete características do nosso tempo e do patamar do nosso desenvolvimento social." •

No amor e na riqueza

DENÚNCIA Aliado de Bolsonaro, o governador do Acre e sua esposa estão metidos em um mar de grana e lama

POR ANDRÉ BARROCAL

Em 13 de fevereiro de 2021, o coronel da PM Amarildo Camargo foi a uma concessionária da Toyota em Rio Branco, capital do Acre, a Xapuri Motors, pegar 70 mil reais em espécie. O dinheiro havia sido deixado lá na véspera pelo empresário Rudilei Soares de Souza. Candidato a deputado federal pelo PP do Acre em 2018, Rudilei "Estrela" ficou dez dias em cana em dezembro, acusado pela Polícia Federal de intimidar o gerente da concessionária, Ismael Silvestre da Silva. Este contara à PF o rolo dos 70 mil. No dia da prisão de Estrela, Camargo foi afastado pela Justiça do cargo público que ocupava. Era o chefe da segurança do governador do Acre, Gladson Cameli, também do PP.

O governador concorrerá à reeleição. No último 4 de janeiro, seu secretário de Governo, Alysson Bestene, outro integrante do PP, esteve em Brasília com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, cacique do partido. Cameli quer o apoio de Jair Bolsonaro. Em 2018, o Acre foi o estado no qual o ex-capitão conseguiu a maior vitória, 77% contra Fernando Haddad. Estivera lá na época e, de metralhadora, pregara "fuzir a petralhada" local.

Na tentativa de ele próprio se reeleger, Bolsonaro escalou Nogueira como um de seus articuladores. Há dias, tirou poderes orçamentários do ministro da Economia, Paulo Guedes, e os deu à Casa Civil. Sinal de que o gasto será decidido pelo interesse eleitoral do presidente. À CNN, Nogueira disse que o bolsonarismo usará a Operação Lava Jato e a cassação de Dilma Rousseff para desgastar Lula. No *Globo*, atiçou a classe empresarial contra o PT. A Bestene, teria assegurado que Cameli é "o candidato do presidente para a reeleição".

A vitória em 2018 parece ter feito muito bem ao bolso do governador e ao da esposa, Ana Paula. Não espanta o casal estar metido em um mar de lama, motivo de a PF, na Operação Ptolomeu, de dezembro, e a Polícia Civil, no caso da "máfia dos precatórios", devassarem a vida e o governo de Cameli. São apurações sobre aparente lavagem de dinheiro de propina por meio de carros de luxo e imóveis e de pagamento de faturas de cartão de crédito. Por causa dessas investigações, o casal e suas duas empresas tiveram 6,8 milhões de reais bloqueados em dezembro pelo Superior Tribunal de Justiça. "É o maior escândalo de corrupção dos últimos tempos, depois do 'petrolão'", disse a *CartaCapital* o Major Rocha, do PSL, vice de Cameli, com quem rompeu. "O governador é lí-

Nogueira garante o apoio de Bolsonaro ao governador. Estrela amargou dez dias de prisão

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 28

2022. Recém-filiado, Moro enfrenta uma rebelião no Podemos

Cameli ri de nervoso?

EDILSON RODRIGUES, CAROLINA ANTUNES/PR E REDES SOCIAIS

der de uma organização criminosa."

O saque de 70 mil pelo chefe da segurança de Cameli é um dos fatos mais insólitos do lamaçal. À PF, em 4 de maio de 2021, o gerente da concessionária disse ter avisado o governador sobre a bufunfa. A polícia chegara a Silvestre graças a um depoimento de Estrela em um inquérito que mirava a prefeitura de Rio Branco. Este caso, a Operação Assepsia, averiguava o desvio de 1 milhão de reais na compra de material utilizado contra a pandemia. Em junho de 2020, quando a Assepsia saiu às ruas, o alvo era o preposto da firma vencedora de uma licitação municipal fajuta. O sujeito, Patrick de Moraes, foi detido e, no celular dele, havia contatos com Estrela, chamado de "governador". Os investi-

> "O governador é líder de uma organização criminosa", afirma o vice, Major Rocha

gadores entendem assim a razão da alcunha: Estrela seria o "operador financeiro" de Cameli, aquele que arranjava formas de movimentar a propina e ocultar a origem. Na fase 2 da Assepsia, em 15 de abril de 2021, o alvo era o operador. Os policiais encontraram em sua residência uma Pajero, placa QWP1A00, registrada em nome de Cameli. Interrogado, Estrela afirmou tê-la adquirido na Xapuri Motors, e que tinha pagado com uma transferência de 110 mil, mais 120 mil em dinheiro. Tudo acertado com o gerente.

Ouvido pela PF, Silvestre negou a venda. E fez revelações "surpreendentes". Estrela havia levado 70 mil à concessionária em 12 de fevereiro de 2021. Cameli tinha comprado uma BMW, placa QAZ1A01, em outra loja da Toyota, a Raviera Motors, em Campo Grande (MS), em dezembro de 2020. Como esse carro estava quitado, não havia motivo para a Xapuri embolsar os 70 mil. Silvestre procurou o governador e, no dia seguinte, Camargo foi apanhar a bolada. Desde dezembro, o PM e Cameli estão impedidos de conversar. Ordem do STJ.

A PF está no rastro das propinas do governo Cameli. O PM Camargo foi afastado do cargo pela Justiça

Nessa decisão, o tribunal proibiu a primeira-dama de entrar em repartições do governo do Acre. É em nome dela, Ana Paula, que a BMW está. O carro vale 530 mil reais. Um porteiro do prédio do casal contou a um policial, em um papo informal, que o veículo "permanecia escondido e saía raríssimas vezes, quando era dirigido pela primeira-dama". A BMW foi confiscada pela PF. Quando foi emplacada, o endereço dado era inexistente. É um dos "fortes indícios" apontados pelos federais de que o mesmo foi adquirido com propina paga por uma empreiteira.

O pagamento da entrada da BMW foi de 110 mil reais, em 10 de dezembro de 2020, via transferência à Xapuri Motors por uma firma de Estrela, a Acácia Construções. É aquela grana que o empresário tinha dito à PF que era para pagar a Pajero de Cameli. A data de 10 de dezembro de 2020 é a mesma para a qual Estrela retroagiu a propriedade da Pajero, ao passar para si o que estava em nome de

Cameli, alteração feita após Silvestre depor. Na véspera de mandar 110 mil reais à concessionária, a Acácia recebera 310 mil da Atlas Construções, que tem contratos com o estado.

O comércio de carros, segundo a PF, seria um dos métodos do casal Cameli para esquentar grana de corrupção. Nessa hipótese, a Atlas teria pagado pedágio por contratos públicos. Na eleição de 2018, o governador declarou 2,9 milhões de reais em bens, incluídos quatro veículos, 202 mil ao todo. Era senador, cargo que já lhe fizera bem. Na campanha de 2014, seu patrimônio declarado era de 514 mil. Depois de assumir o governo, em 2019, adquiriu oito carros, por um total aproximado de 1,6 milhão de reais. Só modelos de luxo (Pajero, Hilux, Corolla...).

Em 21 de novembro de 2019, o Coaf, órgão federal de combate à lavagem de dinheiro, recebeu um comunicado sobre esquisitices em financiamentos automotivos a Cameli. O informante notara várias transações realizadas em um período curto e com valores abaixo daqueles de mercado. Resumo: após chegar ao poder no Acre, Cameli obteve quatro financiamentos, uns 350 mil ao todo, para adquirir veículos cujos preços reais se aproximavam de 1 milhão. Subfaturar carro seria um modo de branquear propina, suspeita a PF.

> O comércio de carros, segundo a PF, seria um dos **métodos do casal Cameli para lavar dinheiro sujo**

Em 6 de abril de 2020, novo alerta de negócio estranho de Cameli. Partiu da Sabia Downtown Empreendimentos, com base em norma do Conselho Federal de Corretores de Imóveis que recomenda relatar ao Coaf sempre que, "por suas características", uma transação possa "configurar indícios de crime". Entre 20 de março e 1º de abril daquele ano, Cameli fez três tentativas de adquirir um apartamento de 5 milhões de reais. Na primeira, compraria com sua GGC Holding. Não houve pagamento e o contrato caducou. Na segunda, o comprador seria ele próprio e o pagador, a firma de um irmão, a Construtora Rio Negro. A Sabia recusou a proposta. Na terceira, Cameli propôs que comprador e pagador fossem a Rio Negro. Não se sabe se deu samba.

SECOM/PF/AC, REDES SOCIAIS E CGU/PF/AC

Joias apreendidas durante a Operação Ptolomeu, em dezembro, que investiga corrupção no Acre

Pagamentos de faturas de cartão também resultaram em avisos ao Coaf. De outubro de 2018, mês em que se elegeu, a abril de 2020, o governador teve uma despesa mensal média de 65 mil a 70 mil reais com cartão. Entre as "diversas transações atípicas" analisadas, duas chamam atenção, em razão das circunstâncias e do dinheirão vivo. Em 13 de maio de 2019, um funcionário de Cameli foi a uma agência do Bradesco em Brasília com 50 mil reais para pagar uma fatura do governador. Por causa de uma norma de 2018 do Banco Central que veta quitar *cash* boletos de mais de 10 mil, o funcionário pagou em duas vezes, 9,950 mil no dia e 9,990 mil, no seguinte. Em 26 de fevereiro de 2020, um PM de Brasília, Henrique da Silva Rocha, foi a uma agência do banco público local, o BRB, com 81 mil, para pagar duas faturas do governador. Dada a norma sobre boletos de 10 mil, foi forçado a botar a grana na própria conta e, em seguida, pagar uma fatura de 45,5 mil e outra de 35,5 mil de Cameli. Ele tinha mais 80 mil e não quis depositá-los por "receio de ser notificado pelo Fisco, em face do volume de valores que ficariam registrados em sua conta".

O PM é irmão de um homem de confiança do governador. Sebastião Rocha trabalhava com Cameli no Senado e foi nomeado assessor do escritório do Acre em Brasília. Foi afastado desse cargo e está proibido de falar com Cameli, por determinação de dezembro do STJ. Uma semana depois, a Corte autorizou a prisão preventiva da chefe de gabinete do governador, Rosângela Gama. Parece a aposta dos investigadores em uma delação.

Procurado por *CartaCapital* para comentar as suspeitas em torno de seus negócios e cartões, Cameli respondeu por meio dos advogados Ticiano Figueiredo e

Pedro Ivo Velloso. Estes disseram, em nota, que a Operação Ptolomeu é "um emaranhado de alegações genéricas" e que ela cita, "de forma imprecisa, uma série de movimentações financeiras e aquisições de bens ocorridas no âmbito privado, sem qualquer relação com a função pública exercida pelo governador". Cameli é, de fato, de família rica. No contrato de financiamento de parte da compra da BMW da esposa, disse ter patrimônio de 50 milhões de reais, 17 vezes superior ao declarado à Justiça Eleitoral em 2018. A mesma nota afirma serem "infundadas", "distorcidas" e destinadas a atingir a "integridade" de Cameli as suspeitas do caso da "máfia dos precatórios".

Na quinta-feira 20, conclusão desta reportagem, havia rumores no Acre de uma iminente operação da Polícia Civil estadual no caso dos precatórios. Um inquérito policial sigiloso corre aos cuidados do delegado Pedro Henrique Resende Teixeira Campos. *CartaCapital* obteve uma cópia.

Precatórios são dívidas pagas pelo poder público por ordem judicial. O que está sob investigação é a existência de um esquema que espetou nos cofres públicos a conta de honorários advocatícios fixados em acordos privados de compra e venda de precatórios. Uma engrenagem que seria acobertada por gente do governo. Em 3 de setembro do ano passado, dia da abertura do inquérito, o juiz que cuidava de precatórios no Tribunal de Justiça do Acre entre 2019 e 2021, Lois Carlos Arruda, depôs à polícia. E confirmou denúncia feita sete meses antes por um ex-procurador-geral do Acre, Edmar Azevedo Monteiro Filho. Este havia dito que, no governo, inclusive no gabinete de Cameli, falava-se abertamente do esquema, de mais de 20 milhões àquela altura, e que o governador sabia. O denunciante implicara o então procurador-geral do estado, João Paulo Setti, demitido em dezembro, e uma empresa, a P&H Contabilidade, ligada ao advogado de Cameli na campanha de 2018 e em três processos de 2016, Cristopher Mariano, do qual a primeira-dama foi sócia em 2021.

A investigação da "máfia dos precatórios" é outra dor de cabeça para o governador

O esquema, conforme Monteiro Filho, poderia ser vislumbrado em um processo movido contra Mariano em 2019. No ano anterior, o advogado havia sido contratado por uma colega de profissão, Maria do Socorro Castro Rodrigues, para negociar um precatório com um agente privado. Daria um desconto no valor total, para botar a mão em grana logo. Mariano arranjou um interessado, que não queria aparecer e foi representado pela P&H. Maria do Socorro acha que foi enganada, que teve de aceitar desconto maior e processou Mariano em 1,2 milhão por dano moral. O honorário que cabia a ela pagar ao advogado no acordo de venda do precatório teria sido cobrado por ele do poder público. Detalhe: Mariano foi nomeado por Cameli no início do governo para ser diretor-executivo da Junta Comercial do Acre.

A primeira-dama tem predileção por uma BMW

À polícia, o juiz Arruda contou que, em 2019, Setti, então procurador-geral de Cameli, pedira uma audiência sobre precatórios ao então presidente do TJ do Acre, Francisco Djalma da Silva. Na época, Arruda havia cancelado vários pagamentos, por ilegalidades, como a inclusão de honorários privados. Em uma reunião entre os três, Setti teria defendido que os honorários teriam, sim, de ser pagos com precatório, ou seja, pelo povo. Djalma depôs em 13 de setembro e confirmou tudo.

A suspeita de quem acompanha o caso é de que o esquema nasceu antes da gestão Cameli e ganhou impulso após a sua posse. Repita-se: Mariano foi advogado do governador antes e durante a campanha, depois ganhou cargo público. A empresa P&H é de uma advogada, Nayara de Souza, sócia do irmão de Mariano, Sanderson, em outra firma, a Seven. À reportagem, Mariano disse que não faz "intermediação de venda de precatórios", que Nayara entrou na Seven só em dezembro de 2019, e que, no processo movido por Maria do Socorro, houve um acordo. Já Setti respondeu: "Não participei nem tenho conhecimento de nenhum esquema de pagamento indevido de honorários por meio de precatórios". Sua demissão em 23 de dezembro teria sido "a pedido". O que se comenta no Acre é que, com a demissão, Cameli quis impedir uma operação policial, a mesma agora iminente. Com Setti fora do governo, o inquérito teria de sair da segunda instância para a primeira. Isso havia ocorrido brevemente em novembro. Cameli estava na Europa e seu vice, o Major Rocha, demitiu Setti, em razão do escândalo. Uma semana depois, de volta ao Brasil, o governador devolveu o degolado ao posto. •

DIEGO GURGEL/SECOM CASA CIVIL/GOVAC

GUILHERME BOULOS

Massacre do Pinheirinho, 10 anos

▶ O então governador Geraldo Alckmin, cotado para vice de Lula, foi o responsável direto pelo violento despejo e por ignorar uma decisão da Justiça Federal

Dia 22 de janeiro de 2012. A comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, interior de São Paulo, amanheceu sitiada pela polícia. Iniciava-se ali um dos despejos mais violentos da história, que desalojou milhares de famílias, incendiou casas e deixou sequelas físicas e psicológicas. Eu estava lá e pude presenciar o desespero de mães, crianças e idosos que simplesmente não tinham para onde ir, após terem suas casas derrubadas. Houve, inclusive, um caso de abuso sexual, posteriormente denunciado ao Ministério Público, a envolver policiais da Rota.

Na noite anterior, por incrível que pareça, havia ocorrido uma grande festa no Pinheirinho. E com razão: os moradores tinham conseguido uma decisão da Justiça Federal que suspendia a ordem de despejo, anteriormente emitida pela Justiça de São Paulo. Ocorreu, então, o que se chama no Direito de "conflito de competências" entre duas decisões contrárias. Coube ao então governador, Geraldo Alckmin, tomar a decisão política de fazer o despejo e ignorar a determinação da Justiça Federal. Sem qualquer aviso prévio, a polícia tomou a comunidade antes das 6 da manhã.

Hoje cotado para vice de Lula, Alckmin carrega essa mancha inesquecível, dentre tantas outras, aliás. No Pinheirinho, foi o pivô de uma operação de guerra, em aliança com o então prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, também do PSDB, setores do Judiciário paulista e o especulador Naji Nahas, proprietário da área. O terreno, diga-se, continua vazio, ainda com sinais de ruínas das casas que um dia existiram por lá.

Na política, a capacidade de diálogo não pode ser confundida com perda de memória. Alckmin representou em São Paulo, durante seus três mandatos, a política antipopular e de violência contra os mais pobres, que teve um grande símbolo no massacre do Pinheirinho. E que também se expressou no aumento de assassinatos de jovens negros e periféricos pela polícia, na tentativa do fechamento de escolas, na reiterada repressão a manifestações de professores por melhores salários e no recorde de construção de presídios no estado de São Paulo. A memória de famílias que perderam violentamente suas casas ou de mães que perderam seus filhos não se apaga.

Lembro-me que, após o despejo, os moradores foram jogados em ginásios e galpões e muitos perderam tudo que tinham. Ficaram durante quatro anos em situação de precariedade, a depender de auxílio-aluguel ou em casas de parentes, até a inauguração do conjunto Pinheirinho dos Palmares, numa região bem mais distante e menos valorizada, em São José. O conjunto, aliás, foi feito pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, ainda no governo Dilma, e não pelos responsáveis políticos pelo despejo.

Estive algumas vezes no conjunto Pinheirinho dos Palmares e tive a oportunidade de conversar com moradores. Muitos ainda carregam consigo as cicatrizes daquele despejo. Trabalhadores que perderam o emprego, crianças que perderam o ano escolar, famílias desfeitas, casos de depressão e alcoolismo após o trauma. Uma senhora relatou que, ainda hoje, acorda com qualquer barulho durante a noite, com o pensamento de que é a polícia para despejá-la novamente.

Dez anos após aquela manhã trágica, podemos ver que a saga do Pinheirinho, se revelou a covardia das autoridades, revelou também a incrível capacidade de resistência daquele povo. Mesmo abatidos e desnorteados com o despejo, os sem-teto se organizaram, fizeram manifestações, denúncias públicas e conquistaram a construção do conjunto habitacional. Marrom, principal liderança da ocupação, não perdeu a fala mansa e suas piadas seguiram divertindo as assembleias. A comunidade transformou o trauma em luta e terminou por inspirar outras batalhas por moradia popular.

Em 2019, o MTST inaugurou o conjunto Novo Pinheirinho, em Santo André, conquistado por moradores de uma ocupação, com o mesmo nome, que foi feita logo após o despejo de São José dos Campos. Nessa, e em tantas outras lutas, a memória do Pinheirinho segue viva. E, por mais tempo que passe, não esqueceremos quem foram os responsáveis por esse gesto de barbárie. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

"Moro é um Bolsonaro que usa talheres", resume o cientista político Cláudio Couto

Espelho, espelho meu...

2022 Moro mimetiza o discurso e se cerca de antigos aliados de Bolsonaro, enquanto é pressionado por apoiadores para melhorar seu desempenho eleitoral

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

"A candidatura dele está encruada. Não pegou, não adianta." A avaliação da viabilidade eleitoral do ex-juiz Sergio Moro não foi feita por um opositor, mas por um aliado do Podemos que chama de "aventura" a pré-candidatura à Presidência da República do ex-ministro de Jair Bolsonaro. Menos de 70 dias após o ato de filiação, quando nem a dificuldade em discursar e a voz rouca davam indícios do fiasco, o Podemos se vê obrigado a repensar a rota e Moro vacila diante da pressão.

A bancada federal do Podemos ameaça com a desfiliação em massa caso a pré-candidatura seja mantida. Dirigentes estaduais, incluindo no Paraná, sua terra natal, começam a pular fora do barco. Somam-se a isso o mau desempenho nas pesquisas eleitorais e a estratégia errática do ex-juiz de praticar o "mimetismo" político-eleitoral de Bolsonaro.

De acordo com a pesquisa Quaest, Moro possui 9% das intenções de voto, mas o porcentual cai para 1% nas respostas espontâneas. O ex-juiz acumula ainda a terceira maior rejeição, com 59%, ficando atrás apenas do seu ex-chefe Bolsonaro e do governador paulista, o tucano João Doria. Para reverter o quadro, ele tem mirado o voto conservador e de extrema-direita, e cercou-se de ex-bolsonaristas, mas esbarra na desconfiança de parte do eleitorado e de amplos setores da sociedade, até mesmo os evangélicos.

"Ele tornou-se uma espécie de Bolsonaro que usa talheres, se podemos resumir assim", avalia o cientista político Cláudio Couto, professor da FGV de São Paulo. Dos 11 deputados federais do Podemos, ao menos sete temem que o "projeto Moro" fulmine suas candidaturas. Os motivos passam pelos arranjos regionais feitos em torno de Bolsonaro ou de Lula, a divisão do fundo eleitoral de 229 milhões com a candidatura majoritária e o tempo de propaganda gratuita na televisão.

"É um partido pequeno, com um candidato pequeno. Não tem como dar certo", desabafa um deputado do Podemos, a fazer as suas contas: "No meu estado, estávamos com a chapa prontinha, o palanque para o Bolsonaro. Aí vem o Moro. Foi como soltar um urubu no meio dos pombos".

Os parlamentares defendem que o Podemos lance a candidatura de Moro ao Senado pelo Paraná – uma decisão que cabe ao partido, não apenas a Álvaro Dias, de olho na mesma vaga. Outra possibilidade é empurrar o ex-juiz para o recém-criado União Brasil, fruto da fusão do PSL com o DEM, que conta com 1 bilhão de reais em fundo partidário. Neste caso, o Podemos indicaria a presidente Renata Abreu à Vice-Presidência de Moro. "É como colocar o guizo no rabo do gato. Se o Moro é isso tudo, eles entram bancando com a vice e liberam as bancadas para os acordos regionais", diz um deputado. A UB discute internamente assumir o "projeto Moro". "Estamos de portas abertas", comenta o deputado Júnior Bozzella.

> Segundo a Quaest, o ex-juiz tem a **terceira maior rejeição, com 59%**, atrás apenas de Bolsonaro e do tucano João Doria

No início das tratativas, a ideia era Moro filiar-se ao Podemos para se candidatar ao Senado por um estado que não fosse o Paraná, uma vez que Álvaro Dias é considerado o candidato natural à reeleição. Mas diante da negativa do ex-juiz de mudar o domicílio eleitoral, ele e Álvaro chegaram ao acordo de lançar a pré-candidatura à Presidência. A construção "por cima" desagradou, porém, os dirigentes regionais.

Dias mira a reeleição ao Senado pelo Paraná

SAULO ROLIM/PODEMOS 19 E SÉRGIO LIMA/PODEMOS 19

No Rio de Janeiro, o dirigente Patrique Welber, secretário de Trabalho do governador Cláudio Castro, assegurou que irá com Bolsonaro. Até no Paraná, sua terra natal, Moro provoca baixas. O deputado federal Diego Garcia deve deixar o Podemos e o ex-prefeito de Guarapuava e presidente estadual do partido, Cezar Silvestri Filho, anunciou sua filiação ao PSDB para apoiar a candidatura de João Doria e Beto Richa, deixando Moro sem palanque em seu próprio estado. Em Mato Grosso, o deputado e dirigente estadual José Medeiros anunciou a desfiliação para se candidatar ao Senado, em uma legenda de apoio ao governo Bolsonaro.

Na Bahia, onde o deputado Bacelar é presidente estadual do Podemos, o partido é base do governo petista de Rui Costa, possui a Secretaria de Turismo e pretende seguir assim, dando apoio ao palanque de Lula. Em Pernambuco, o deputado Ricardo Teobaldo também tem interlocução com Lula e, em 2020, apoiou a candidatura de Marília Arraes (PT) à prefeitura do Recife no segundo turno.

Já em São Paulo, a turma do MBL pretende filiar-se ao Podemos, ampliando a bancada na Assembleia Legislativa e garantindo um palanque para Moro com a indicação do deputado estadual Arthur do Val, outrora conhecido como Mamãe Falei, o *youtuber*. A parceria pode, porém, atrapalhar a construção com o União Brasil que vai apoiar a candidatura de Rodrigo Garcia, do DEM, ao governo do estado. Assim como ex-aliados de Bolsonaro, o MBL tem histórico de envolvimento em escândalo de corrupção, o que po-

A agenda anticorrupção não é exclusiva de Moro. Neste quesito, Lula e Bolsonaro estão à frente

de se tornar um flanco na campanha do ex-juiz. Em julho de 2020, dois empresários ligados ao movimento foram presos sob a acusação de desviarem 400 milhões de reais de algumas empresas. O MBL nega que os investigados façam parte do movimento, mas o dano à imagem está feito.

A crise dentro do Podemos acirrou ainda as divergências entre as bancadas no Senado e na Câmara. "É possível que alguns deputados não queiram, devido aos acordos regionais, mas quem não quiser ir com o Moro pode sair e, depois, o partido fecha a questão", provoca o senador Oriovisto Guimarães, ao melhor estilo dos "incomodados que se mudem". Os deputados o rebatem dizendo que a bancada só apoia Moro por não precisar se eleger em 2022. Dos nove senadores, seis possuem mandato até 2027.

Fora a crise interna, Moro esbarra também no discurso, considerado aquém para um candidato à Presidência. Esta semana ele "viralizou" nas redes sociais de modo negativo, após dizer que a Somália não cresce como a Inglaterra "devido às instituições". Propostas como criar uma "força-tarefa contra a fome", sempre remetendo à Lava Jato, também têm incomodado aliados.

Ao contrário do que pensa, o combate à corrupção não é pauta exclusiva de Moro. De acordo com a Quaest, 28% dos eleitores veem Lula como o melhor candidato para enfrentar a questão, seguido de Bolsonaro com 24% e Moro com 19%. Além disso, a pauta caiu no *ranking* de preocupação dos brasileiros com o agravamento das crises social e econômica.

Ainda assim, Moro pode criar dificuldades para Bolsonaro e teria chance de se viabilizar se houvesse um reagrupamento dos nomes da terceira via em torno dele, afirma Couto: "Potencialmente, ele pode, mas precisa superar o vazio de ideias e a desconfiança". Para se firmar como candidato, a estratégia de Moro é mirar o voto conservador, lançando mão de pautas de costumes, procurando lideranças evangélicas e entregando as coordenações a ex-bolsonaristas, como o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro de Bolsonaro, cotado para disputar o Senado pelo Rio.

No setor evangélico, Moro escalou Uziel Santana, presidente licenciado da Associação Nacional de Juízes Evangélicos (Anajure), para dialogar com o setor. Fundada pela ministra Damares Alves, a Anajure é braço jurídico dos evangélicos e atua junto aos Três Poderes em favor das pautas cristãs. A associação também fez *lobby* pela indicação de André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal. Além de Uziel, o ex-procurador Deltan Dallagnol, virtual candidato à Câmara pelo Podemos, também tem ajudado na interlocução com igrejas protestantes tradicionais, pentecostais e neopentecostais, base de Bolsonaro. O ex-juiz reu-

niu-se com o pastor bolsonarista R.R. Soares e outras 50 lideranças evangélicas.

A despeito dos esforços de aproximação, o ex-juiz não tem tido um bom retorno do segmento. Na pesquisa Ipec, 34% dos evangélicos disseram ter intenção de votar em Lula, enquanto 33% afirmaram que optarão por Bolsonaro. Moro, por sua vez, apareceu com apenas 7% da preferência. A dificuldade numérica foi resumida em palavras pelo Pastor Silas Malafaia em uma *live*. "Além de Judas, (*Moro*) é um covarde, porque esperou um momento difícil de Bolsonaro para tentar sair em glória e se ferrou", declarou. Ser um juiz considerado suspeito pelo STF tampouco o ajuda.

Moro também se jogou no lamaçal discursivo ao evocar o "combate à sexualização precoce", bem ao estilo da ministra Damares Alves, o que não passou despercebido por aliados. "Espero conversar com ele para conhecer seu plano de governo e as suas intenções, mas algumas questões me preocupam, como essa pauta de sexualização precoce de crianças. Isto é usado para impedir a educação sexual nas escolas, é muito ruim", critica o deputado federal Bacelar, do Podemos. Já o coordenador da campanha, Júnior Bozzella, minimiza o problema: "O foco, agora, é circular, dar muitas entrevistas, mas sabemos que não dá para apostar no discurso de divisão da sociedade. Tem de respeitar todas as camadas da sociedade".

> A bancada federal do Podemos ameaça com uma desfiliação em massa, caso Moro dispute a Presidência

Ainda na linha do mimetismo eleitoral bolsonarista, Moro elencou para auxiliar nas propostas para a segurança pública o senador Marcos do Val. Membro da tropa de choque de Bolsonaro na CPI da Pandemia e defensor do "tratamento precoce" da Covid com drogas ineficazes, o senador é uma espécie de garoto-propaganda da Taurus e da CBC, além de relatar vários projetos de interesse da indústria de armas. Flexibilizar a posse de armas no País é, porém, uma obsessão de Bolsonaro e filhos.

Para enveredar pelos meandros econômicos, ele conta com o apoio de Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central na gestão do ditador João Baptista Figueiredo. Pastore tem feito a ponte com empresários, na tentativa de encontrar adesão do mercado à candidatura, mas os avanços são tímidos. Outro aliado é o empresário paranaense Wilson Pincler, do Grupo Uninter, maior doador de Bolsonaro em 2018, e Fernando Figueiredo, da Mauá. No Paraná, tem agregado pequenos empresários, servidores públicos e procuradores, que se reúnem e fazem "vaquinhas" para instalar *outdoors*, produzir adesivos e movimentar as redes sociais.

Não bastasse, o candidato também tem esqueletos forçando a saída do armário. Isso inclui a relação de seu padrinho político Álvaro Dias com o doleiro Alberto Youssef e seu antigo emprego na Alvarez&Marsal, que prestou consultoria para empreiteiras condenadas na Lava Jato. Nesta semana, o Tribunal de Contas da União permitiu o acesso a documentos sigilosos da operação sobre a Odebrecht, o que pode expor o seu conflito de interesses ao atuar na empresa norte-americana. Teria o ex-juiz fornecido informações privilegiadas sobre ações penais em desfavor da construtora, cliente da Alvarez&Marsal? O contrato entre a consultoria e Moro acabou em outubro, mas o TCU quer saber quanto o ex-magistrado e a empresa lucraram com a Lava Jato, que destruiu 4 milhões de empregos no Brasil, segundo o Dieese. Não por acaso, tantos correligionários começam a perceber que o principal adversário de Moro nas eleições é ele próprio. •

REDES SOCIAIS, MARCOS CORRÊA/PR, ROBERTO ALVES/MONUMENTAL FOTOS/PODEMOS 19

Renata Abreu pode sair como vice, o pastor Silas Malafaia compara o ex-juiz a Judas e Uziel Santana tenta aproximar o candidato de líderes evangélicos

A fogueira bolsonarista

OBSCURANTISMO No último ano de mandato, o governo tenta criminalizar o debate de gênero e censurar menções negativas ao agronegócio nas aulas

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Cotada para vice na chapa de Jair Bolsonaro, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, é a principal artífice de uma ofensiva que, no último ano do governo, tentará promover uma revisão, à moda bolsonarista, do conteúdo exposto em salas de aula sobre questões como identidade de gênero, papel do agronegócio e mineração em áreas de floresta. O objetivo da ministra é adequar o ensino nas escolas à narrativa governamental sobre temas considerados sensíveis para setores da base de apoio a Bolsonaro, como as igrejas neopentecostais e o agronegócio. Outros ministros, como Tereza Cristina, da Agricultura, e Milton Ribeiro, da Educação, estão diretamente ligados ao projeto, que poderá ainda contar com a ajuda do mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal, o conservador André Mendonça, para decolar.

O principal alvo é um velho fetiche bolsonarista: a "ideologia de gênero". Damares, que antes do Natal conversou sobre o tema com Ribeiro, quer implementar maior vigilância sobre o que dizem os professores a seus alunos em sala de aula. Para tanto, o governo pretende se valer do fato de a "ideologia de gênero" ter passado a fazer parte do Manual de Taxonomia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Ou seja, tornou-se uma "modalidade de violação" passível de ser denunciada ao Disque 100, canal que recebe denúncias de violações aos direitos humanos.

O efeito imediato da criminalização da "ideologia de gênero" é o recrudescimento da perseguição a professores, novidade trazida pelo bolsonarismo no início do mandato do ex-capitão com o movimento Escola Sem Partido, mas que havia perdido força com a pandemia e a interrupção das aulas. Um caso chamou atenção no fim de novembro em Resende, interior do Rio de Janeiro. Após uma denúncia anônima pelo Disque 100, a Polícia Civil levou o diretor do Colégio Getúlio Vargas, da rede púbica, à delegacia para explicar uma possível "situação de violência cometida contra uma criança ou adolescente" em sala de aula. A denúncia, que não citava especificamente professor algum, dizia que a escola estaria "expondo os alunos aos conceitos comunistas", além de pregar "ideologias de gênero".

> **Na guerra cultural liderada por Damares, pretende-se até tratar garimpeiros como povos originários**

A acusação encaminhada pelo governo afirma ainda que "a responsabilidade de direcionar a conduta dos jovens pertence unicamente aos pais e não à escola". Segundo o Manual de Taxonomia, "a formação moral, educacional e religiosa de crianças e adolescentes é tarefa da família" e "imiscuir-se em assuntos da órbita familiar" na escola representa "grave violação" dos direitos humanos. "Simpatizantes do governo tentam criminalizar e dar aspecto subversivo a temas curriculares que têm imensa importância para a vida das crianças e adolescentes", lamenta o professor Marcelo Klein, que ensina História no colégio e recebeu a visita da polícia.

Coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, Izabel Costa conta que, como consequência da perseguição, percebe-se na rede pública um movimento de autocensura dos professores: "Hoje diversos docentes estão escolhendo com muito cuidado quais temas vão trabalhar. Nem é necessário ter, de fato, a lei da Escola Sem Partido para se afrontar a nossa liberdade de cátedra e expressão".

Segundo a sindicalista, a autocensura existe, sobretudo, em dois casos. "Primeiro, no debate acerca da sexualidade, do feminismo e do direito das mulheres, do machismo e LGBTfobia existentes em nosso País. Muitos professores nem mesmo usam mais a palavra gênero em suas aulas", diz. Ocorre ainda na questão racial: "Professores de Educação Física, Artes, História e Língua Portuguesa optam por não tratar de temas como a afri-

canidade ou as expressões culturais e religiosas dos nossos antepassados. O mais alarmante é que essa censura silenciosa é mais difícil de combater".

A deputada Talíria Petrone, líder do PSOL na Câmara, enviou ao ministério de Damares um pedido oficial de informações. A parlamentar quer saber quantas denúncias com base na "ideologia de gênero" foram feitas contra escolas, professores e funcionários em todo o País. No Rio, a deputada estadual Mônica Francisco, do PSOL, que preside a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, requereu à Secretaria de Polícia Civil informações sobre outras denúncias eventualmente encaminhadas ao Disque 100 e como foram levadas adiante. Ambas aguardam resposta.

Fraude. Garimpeiros ilegais poderão ser classificados como Povos e Comunidades Tradicionais. Onipresente, Damares Alves está na dianteira do projeto revisionista

JEROME DELAY/AFP E MMFDH

"Em 2020, o STF invalidou várias leis que censuravam a educação em gênero. Por unanimidade, reafirmou a liberdade de cátedra dos profissionais da educação", lembra Mônica. "Se professores são censurados, alunos também têm seus direitos violados, e isso não pode acontecer num Estado Democrático de Direito."

O governo também não pretende mais tolerar menções negativas ao agronegócio em sala de aula. Em reuniões no último trimestre de 2021 e que contaram com as presenças de Cristina e Ribeiro, além da onipresente Damares, os ministros se comprometeram a "erradicar a ideologia contra o agro". O ministro da Educação afirmou ao movimento Mães do Agro, "entidade social" ligada ao setor, que vai promover neste ano uma revisão nos livros escolares. "A partir de agora, a equipe avaliadora do MEC terá pessoas que entendem de agropecuária", prometeu Ribeiro. Entre as "ideias nefastas ao agro" que Ribeiro e Cristina querem ver censurados estão temas como "desmatamento e impacto da agropecuária sobre o meio ambiente", "aumento do uso de agrotóxicos" e "incidência de trabalho escravo".

A revisão já se traduziu em perseguição. Um caso emblemático aconteceu em dezembro em uma escola estadual de Bonito, joia do Pantanal ameaçada pelo agronegócio. Após ser filmada por uma aluna e denunciada pelos pais da estudante, uma professora de Geografia, cujo nome foi mantido em sigilo, foi levada pela Polícia Militar por ter "menosprezado o agronegócio em sala de aula". A profissional pediu ajuda ao sindicato local e à Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul. Jaime

> Tereza Cristina, da Agricultura, e Milton Ribeiro, da Educação, estão diretamente ligados ao projeto

Teixeira, presidente da Fetems, diz que outros dois casos semelhantes foram denunciados e atribui as ações "a um setor organizado para impor a mordaça".

"Querem criar uma aprendizagem *fake news*", diz Izabel Costa. Ela critica o uso que se faz do termo revisão: "Revisão significa revisitar determinados elementos com novos dados, a Ciência e a História são processos de revisões constantes, desde que haja metodologia e novas evidências. O que se pretende é falsear a História". Por iniciativa do ministério de Damares, o governo empenha-se em mais uma narrativa estapafúrdia em 2022. Anunciada em dezembro, a ideia é incluir pecuaristas e garimpeiros na classificação de Povos e Comunidades Tradicionais. Na prática, a inclusão possibilitará o "reconhecimento jurídico" das atividades consideradas ilegais e a consagração "da relação cultural e de posse com o território ocupado" pelo garimpo e pelo gado.

A mudança será analisada pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, criado em 2016 por Michel Temer e hoje vinculado à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, subordinada à pasta de Damares. Caso a inclusão de garimpeiros e pecuaristas seja aprovada, o colegiado aumentará o seu número de cadeiras e passará a incluir entidades representativas dos dois setores. "Se isso de fato acontecer, veremos o aumento dos conflitos fundiários", alerta o deputado Rodrigo Agostinho, do PSB, presidente da Frente Parlamentar Ambientalista.

Segundo o parlamentar, o governo e o agronegócio procuram "soluções mágicas" no licenciamento da mineração e da pecuária. "Querem reconhecer um direito que não existe. Os garimpeiros estão entrando na Amazônia neste exato momento, não existe ancestralidade alguma ali. Tampouco qualquer aspecto cultural, apenas o interesse econômico e de exploração da terra." Ele avalia, porém, que a iniciativa dos ministros revisionistas não será exitosa: "Não será aprovado. E se for, o Judiciário vai suspender". •

O agro é pop. A dupla quer preservar a "boa imagem" do setor

LUIS FORTES/ME

PEDRO SERRANO

Bolsonarismo sem Bolsonaro

▶ Moro é uma fração do mesmo bloco de poder, a expressar tudo o que a elite aporofóbica deste país é: racista, classista e preconceituosa

Em recentes declarações à revista *Veja*, Sergio Moro teceu comentários a advogados que criticaram a atuação dele enquanto juiz. Moro atacou especialmente o Grupo Prerrogativas, dizendo, entre outros absurdos, que os profissionais que o integram trabalham pela impunidade de corruptos. O discurso, por sua agressividade e total descompasso com a realidade, não pode ficar sem resposta, e é por isso que ocupo este espaço para refutá-lo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a fala do ex-juiz revela uma grave deficiência cognitiva em uma área do conhecimento que ele deveria dominar. A crítica feita por ele demonstra desconhecimento do que sejam a advocacia, os direitos e o Direito. Qualquer estudante de primeiro ano de Direito sabe que advogado nenhum defende corrupto ou bandido, defende os direitos da pessoa – veja, nem a conduta nem a pessoa, mas os direitos dela. Direitos que qualquer um, mesmo tendo cometido crime, possui, pelo simples fato de ser humano. Relacionar a advocacia à defesa de crimes revela uma interpretação anti-humanista do Direito, que Moro reproduziu enquanto juiz, atuando contra os direitos dos acusados que julgou.

A hostilidade do ex-juiz com a advocacia não é novidade. Durante audiências da Lava Jato, ele entrou em conflito com advogados dos réus, confundindo o exercício ético da advocacia com obstaculização de investigações, e escancarando sua total ausência de imparcialidade. Ao atacar os advogados e não compreender que as pessoas são detentoras de direitos, Moro descortina também um déficit moral democrático, pois os direitos são os mais relevantes valores morais de uma democracia, aquilo que lhe confere civilidade. Uma sociedade civilizada é justamente uma sociedade que respeita os direitos – o que não se viabiliza sem advogados.

Moro disse ainda que os advogados aos quais critica se arvoram uma superioridade moral em relação ao Ministério Público e aos juízes da Lava Jato. Mas o que ocorreu foi justamente o contrário. Eles é que reivindicaram para si a figura do que Hans Kelsen chama de líder populista, que se apresenta como superior à moralidade da sociedade e que tem força para trazer a ordem. O populista de direita crê numa ordem e numa homogeneidade social em que todos pensam da mesma forma e em que aqueles que se opõem devem ser tratados como inimigos.

O agora candidato à Presidência da República perseguiu ferrenhamente Lula não por um desejo genuíno de combater a corrupção, pois sempre soube que o ex-presidente era inocente. Perseguiu Lula por preconceito. Assim como boa parte da elite sulista eurocêntrica, ele não aceita que um homem sem educação formal, originário das classes mais pobres e nordestino, tenha feito um dos melhores governos da nossa história.

Moro executou um processo fraudulento contra Lula para impedi-lo de ser candidato novamente. Aliás, é bom que se diga, não há processo no plano filosófico-político mais corrupto do que um juiz criar um processo falso, enganoso, para interferir na democracia. Como juiz, Moro apropriou-se do sentido dos direitos da nossa Constituição, interpretando-os conforme seus interesses. O resultado disso, como vimos, foi a eleição de Bolsonaro, que o recompensou com o Ministério da Justiça.

A hostilidade do ex-juiz contra os advogados, especialmente contra os do Grupo Prerrogativas, certamente está calcada no fato de que foram eles que demonstraram ao STF a total parcialidade de Moro. Evidenciaram que ele agiu politicamente, o que, para quem ainda tinha alguma dúvida, se comprova agora com sua candidatura e a de seus pares. Os advogados aos quais Moro critica conhecem os processos e sabem que ele agiu com dolo, manipulando o processo para gerar uma condenação injusta.

Se Moro fosse um juiz isento, jamais teria aceito o cargo de ministro de Bolsonaro e, agora, empreendido essa candidatura, contrariando, inclusive, o que afirmou quando ainda estava na magistratura. Mas o fato é que Moro nunca foi um juiz, no sentido material da expressão. Foi um militante político que se valeu da jurisdição para alcançar notoriedade e chegar ao poder.

Ao atacar os advogados, Moro ataca os direitos, algo que remonta ao século XV e vem sendo construído com luta e sacrifício, com sangue nas calçadas, por lideranças políticas e pessoas comuns interessadas no desenvolvimento da civilização. Por fim, é bom frisar que Moro não é terceira via coisa alguma. É o bolsonarismo sem Bolsonaro, uma fração do mesmo bloco de poder que compartilha uma visão de mundo profundamente autoritária e extremista de direita. O bloco que representa e expressa tudo que a elite aporofóbica deste país é: racista, classista e preconceituosa. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

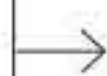
Estado e investimento

ANÁLISE O debate precisa escapar das soluções superficiais contidas na oposição binária entre público e privado

POR GABRIEL GALÍPOLO E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Mais de uma década de dificuldades após a crise de 2008, a retração produzida pela pandemia empurrou as principais economias do mundo a anunciar políticas mais diretas de ampliação do poder aquisitivo e da demanda agregada via estímulo fiscal. O programa trilionário do governo Biden contempla a construção de 2 milhões de casas, internet banda larga para a população rural, saneamento em creches, escolas públicas e faculdades comunitárias, hospitais para veteranos de guerra, estradas, rodovias, pontes, calçadas e

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 40 **Meio ambiente.** O mercado de carbono volta a crescer

Vácuo. De 2012 a 2019, a participação do BNDES no financiamento da infraestrutura caiu de 96% para 40%

ISTOCKPHOTO

ciclovias. Também prevê financiamento para o transporte público, incentivo aos veículos elétricos com 500 mil postos de carregamento e substituição de 20% da frota de ônibus escolares, terminais de aeroportos e sistemas de balsas fluviais.

A Europa anunciou o Next Generation EU com 1,824 trilhão de euros para acelerar a recuperação e ampliar a resiliência dos sistemas produtivos. Mais de 30% dos recursos estão associados à agenda ambiental e climática e outros 20% à transição digital. Nas últimas décadas, a China galgou a posição de segunda maior economia do mundo e tem apresentado taxas de crescimento mais altas e resilientes, comparativamente à média mundial, beneficiando-se também de um colossal programa de investimento público.

No Brasil, os projetos públicos foram historicamente financiados por bancos também públicos, como BNDES e Caixa Econômica, inclusive quando realizados pela iniciativa privada, representando em torno de 70% a 80% dos recursos para os investimentos, especialmente quando envolvem riscos de construção e implantação. Em 2012, o BNDES representava 96% da oferta de financiamento de longo prazo para o setor de infraestrutura. Em 2019, sua participação caiu para 40%. As debêntures de infraestrutura passam a responder por 56%. Em valores nominais, o total era de 55 bilhões de reais em 2012 e de 60 bilhões em 2019. O valor financiado em 2014 somava 81 bilhões, praticamente 35% superior ao de 2019. Apenas o BNDES ofertou 69 bilhões em 2014.

Além da retração no valor absoluto, que evidencia a necessidade de combinação e complementaridade ao invés da substituição do público pelo privado, ou vice-versa, é preciso analisar a evolução na composição do financiamento. A análise do estoque de debêntures de infraestrutura expõe a concentração em setores como energia (72%) e transporte e logística (22%), apontados como casos exitosos de concessão para a iniciativa privada pela maior maturidade do seu ambiente regulatório. Cabe apontar que a maturidade se associa à viabilidade de sua concessão para a iniciativa privada inerente a setores sustentados por receitas tarifárias, dispensando recursos fiscais ou estruturas de garantias do Poder Público. Esta não é a realidade de muitos projetos que demandam recursos orçamentários para pagar, integral ou parcialmente, sua implantação, operação e manutenção.

Boa parte dos serviços públicos mais carentes de investimentos que dependem de recursos orçamentários é de responsabilidade dos entes subnacionais. É baixo o apetite para realizar ou financiar investimentos remunerados por pagamentos públicos diferidos no tempo, envolvendo o compromisso orçamentário por diversas gestões municipais ou estaduais. As análises costumam associar o risco de inadimplência a uma fragilidade institucional ou até cultural brasileira, que demanda garantias aos pagamentos do Poder Público. A realidade é que há uma enorme diferença entre deter direitos creditórios contra os entes federativos e o governo federal, controlador da autoridade monetária. A maior participação do investimento privado em equipamentos públicos depende da presença de recursos públicos federais para pagamento, financiamento e garantias.

> Cabe aos bancos estatais protagonismo na coordenação e financiamento dos projetos

A Lei 12.431, de 2011, institui as chamadas debêntures incentivadas, oferecendo como atrativo alíquota zero de IR aos compradores pessoas físicas e 15% para pessoas jurídicas. Este é um mecanismo importante e deve continuar a ser fomentado, mas não foi concebido como instrumento principal ou único de financiamento da infraestrutura, pelas dificuldades na compatibilização entre ativo e passivo, especialmente no que se refere ao tempo médio dos seus fluxos. Por serem intensivos em capital, a remuneração dos investimentos em infraestrutura demanda prazos longos de maturação, conformando ativos menos líquidos. O perfil e apetite de risco do credor pessoa física usualmente demanda ativos mais líquidos, que permitam a conversão em dinheiro em prazo mais curto. A destinação de recursos de investidores pessoas físicas encontra restrições especialmente para projetos novos, com anos de investimento sem percepção de receita, responsáveis pelas mais expressivas ampliações da oferta de infraestrutura.

Recentemente, a Lei 12.431 foi alterada para estender alternativamente o incentivo fiscal ao emissor. A alteração visa atrair investidores institucionais. Fundos de pensão, que apresentam maior vocação pela perspectiva de longo prazo, são fundações imunes de IR e não capturavam os benefícios das debêntures incentivadas. A isenção que permite a emissão a juros inferiores, pela equivalência à taxa líquida ao comprador pessoa física, tornava o papel incentivado menos atrativo ao fundo de pensão do que uma debênture regular, com maior prêmio

Economia

para o mesmo risco. A alteração amplia as possibilidades de mobilizar recursos dos fundos de pensão para a infraestrutura, mas o apetite ao risco desses projetos considera o custo de oportunidade. Taxas de juro altas, de curto ou longo prazo, apresentam a oportunidade de prêmios elevados em ativos livre de risco de crédito com liquidez elevada, como títulos do Tesouro Nacional, que costumam atrair recursos e rivalizar com outras alternativas de maior risco.

Muita esperança é depositada nos recursos internacionais como fonte de investimento e financiamento, associada a uma percepção de abundante liquidez no mercado internacional com a apresentação das carências nacionais como oportunidades. A harmonia exigida entre ativos e passivos no balanço não recomenda dívidas em dólares se sua receita é em reais. Serviços de infraestrutura são quase sempre prestados no território nacional e os custos de instrumentos financeiros para proteção da variação cambial no longo prazo são inviáveis.

> Muita esperança é depositada nos recursos internacionais como fonte de investimento

A participação do capital internacional como investidor apresenta maior flexibilidade na gestão do risco cambial, por conceder alguma discricionariedade na data da conversão e envio de recursos para o exterior, mas, no caso de dívidas com prazos de amortização e vencimento determinados, o risco tende a ser proibitivo. Como o risco cambial não pode ser suportado pelo investidor, acaba alocado ao usuário, pela indexação da tarifa à variação cambial em alguma proporção, ou ao contribuinte, pela atribuição desse risco ao Poder Público. As crises econômicas brasileiras podem ser contadas pelas sucessivas contrações de dívida em moeda estrangeira para financiar projetos não geradores de divisas internacionais.

Sentido inverso. Nos EUA, Biden promete investir mais de 1 trilhão de dólares

JIM WATSON/AFP

Correlacionar a correção monetária das tarifas de serviços públicos à variação cambial apresenta efeitos perversos para a política monetária, inflacionando os preços administrados em momentos de desvalorização da moeda doméstica, induzindo a elevações nas taxas de juro mesmo em momentos de baixo dinamismo da economia. Qualquer coincidência com o momento atual é mera semelhança.

O debate precisa escapar da tentação das soluções superficiais e simples oferecidas pelas oposições binárias entre público e privado, para integrar Estado e mercado no diálogo sobre a qualidade das políticas, despesas e tributos que fazem sentido. Cabe aos bancos públicos protagonismo na coordenação e financiamento dos investimentos necessários à construção da sociedade desejada. Diante das banalidades liberaloides dos tempos das cavernas, somos tentados a concluir o artigo com as considerações de Keynes a respeito da participação do Estado nas decisões de investimento no capitalismo examinadas no Capítulo XII da *Teoria Geral, Expectativas a Longo Prazo*: "Há por fim uma categoria crescente de investimentos, que as autoridades públicas fazem ou assumem os riscos, que são francamente influenciados por uma presunção geral de haver vantagens sociais prospectivas no investimento, seja qual for o seu resultado comercial... Como o Estado está em condições de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital no longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, visto que se afigura provável que as flutuações observadas na estimativa do mercado da eficiência marginal dos diversos tipos de capital, calculada segundo os princípios aqui descritos, serão demasiado grandes para poder ser compensadas por meio de mudanças viáveis da taxa de juros". •

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

As eleições de 2022

▶ À "turma da bufunfa" interessa domesticar um provável governo Lula

Começo o ano tratando daquilo que é a principal fonte de esperança para todos que se preocupam com o nosso país, as eleições presidenciais de 2022. Para colocar o tema em perspectiva, talvez seja útil retroceder no tempo, digamos, seis ou sete meses, para meados de 2021.

Qual era a situação naquela época? Lula já aparecia como favorito nas pesquisas de intenção de voto, mas com duas ressalvas importantes. Primeira, havia a expectativa, alimentada intensamente pela mídia, de que se pudesse viabilizar uma "terceira via". E, segunda ressalva, existia a percepção de que Bolsonaro, que atravessava um ponto baixo, iria se recuperar politicamente.

A terceira via, como se sabe, não decolou. O fiasco do lançamento da candidatura Moro parece ter sepultado esse caminho. Digo "parece" porque, em política, as previsões são sempre altamente temerárias. Mas como apostar que, em menos de dez meses, ainda seja possível tornar competitivo Moro ou algum outro nome? Possível, talvez. Provável, não.

O fortalecimento de Bolsonaro também não se materializou. Ao contrário, as suas dificuldades políticas aumentaram, uma modificação crucial em comparação com o quadro de seis ou sete meses atrás. Em meados de 2021, o professor Marcos Nobre, da Unicamp, um qualificado analista da cena política brasileira, sustentava que Bolsonaro seria um candidato "fortíssimo" à reeleição. Eu mesmo, sem chegar a esse extremo, alertei aqui nesta coluna para o risco de que Bolsonaro viesse a se fortalecer até as eleições.

Essa expectativa de recuperação de Bolsonaro se baseava em previsões que não se confirmaram, pelo menos não até agora: **1.** A melhora do quadro econômico. **2.** O avanço da vacinação e a diminuição do ônus político representado pela pandemia. **3.** O uso da máquina governamental e dos instrumentos de poder pelo presidente no exercício do cargo, ponto para o qual alertou o próprio Lula.

Nada disso aconteceu. O nível de atividade econômica, medido pelo PIB, estagnou desde o segundo trimestre de 2021. O desemprego cedeu, mas pouco, permanecendo em nível muito elevado. Os postos de trabalho gerados foram sobretudo empregos informais, de menor remuneração e pior qualidade. Para os analistas da conjuntura econômica, o mais surpreendente foi a persistência da inflação. A inflação alta corroeu o poder de compra dos salários. Desemprego e carestia – receita para o insucesso político.

O avanço da vacinação ocorreu, sim, salvando vidas. Mas esse sucesso não foi, nem poderia ser, creditado ao governo federal. A CPI da Pandemia, com grande cobertura da mídia corporativa, que tentava sem sucesso abrir caminho para uma terceira via, desgastou Bolsonaro, colando nele a imagem de responsável pela maior parte das mais de 600 mil mortes. A ideia de que os brasileiros esqueceriam gradualmente a tragédia e suas vítimas não se confirmou, felizmente. E o novo surto da doença desde dezembro, resultante da chegada da variante Ômicron, mantém viva a questão da pandemia e a da irresponsabilidade e incompetência do governo Bolsonaro no seu enfrentamento.

Quanto ao uso da máquina e dos instrumentos de poder, o que se viu foi uma desorganização crescente do governo. Bolsonaro conseguiu comprar a sua sobrevivência, evitando o *impeachment*, mas foi incapaz de atuar de maneira coordenada e eficiente. Caiu nas mãos do "Centrão", que sabe defender suas pautas específicas, mas não dá norte a governo nenhum. As tentativas de Bolsonaro de "fidelizar" a sua base radical, com declarações e medidas estapafúrdias, aumentaram a sua rejeição e agravaram o seu isolamento.

Assim, o favoritismo de Lula cresceu e já parece possível, ainda que talvez não provável, uma vitória no primeiro turno. Crescem as adesões à sua candidatura, com apoios que transcendem a esquerda e a centro-esquerda. Quase diria que, a exemplo de Getúlio Vargas na eleição de 1950, Lula pode vencer "sem sair de São Borja".

O que estamos vendo agora é um deslocamento da atividade política para uma disputa de espaço dentro de um provável governo Lula. Não adianta, leitor, dizer que isso é prematuro. O processo já começou.

Do ponto de vista dos meus queridos amigos da "turma da bufunfa", o que interessa é domesticar ou colonizar o futuro governo, garantindo que o Lula 3 seja o mais parecido possível com o Lula 1 – período em que Palocci era o ministro da Fazenda e Meirelles, o presidente do Banco Central. No Lula 1, o que aconteceu foi um plágio descarado. A política de Palocci era uma cópia pura e simples da política do seu antecessor, Pedro Malan. Faltou pagar direitos autorais.

Lula aceitará repetir o *script*? Veremos. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

A preço de ouro

SUSTENTABILIDADE A negociação de créditos de carbono dispara e o Brasil tem muito a ganhar com a retomada dos negócios

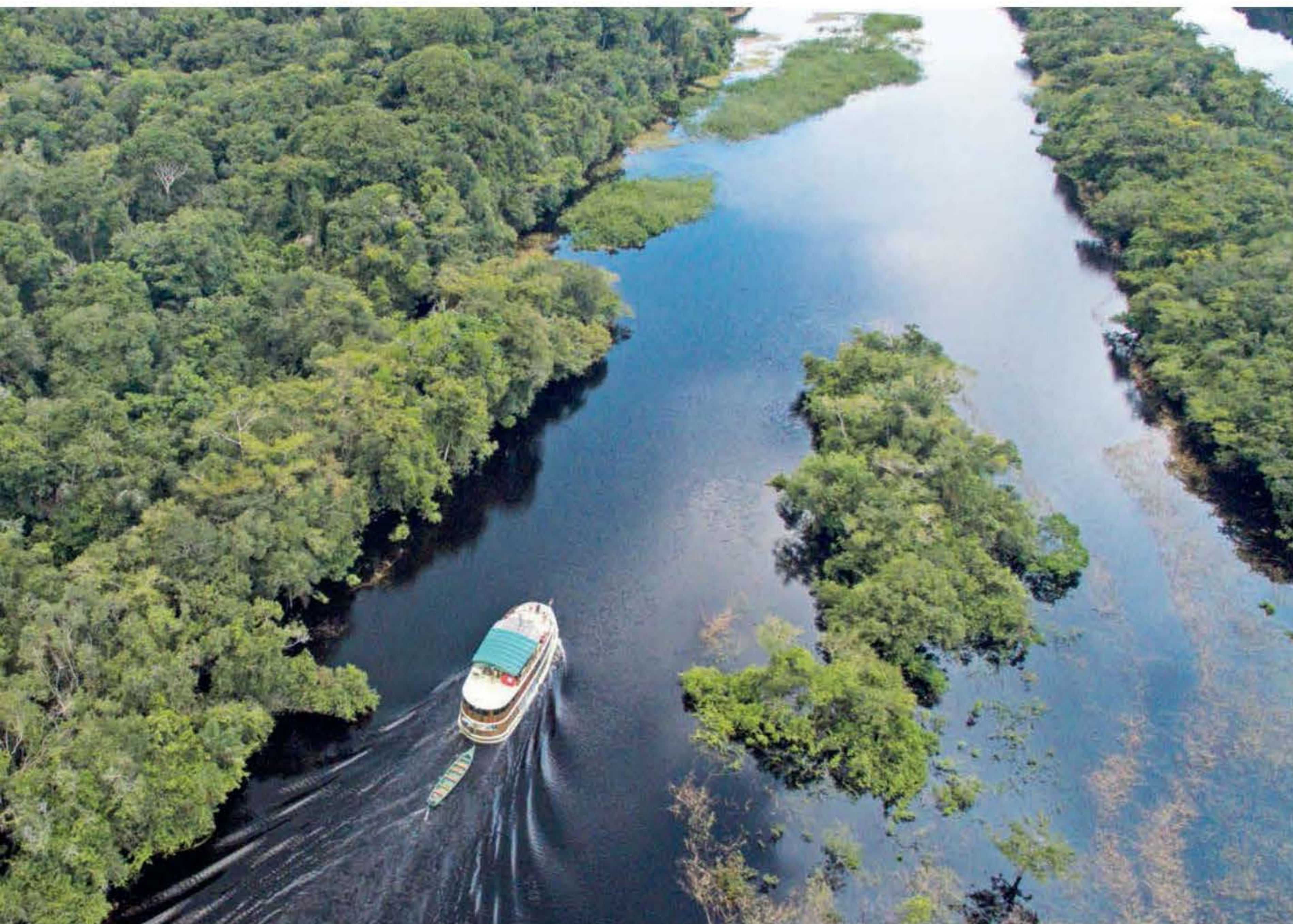
POR CLEIDE SANCHEZ RODRIGUEZ

O mercado voluntário de crédito de carbono está em alta. Um crédito de energia renovável que estava na faixa de 1 dólar cerca de três meses atrás, hoje é adquirido por 3 dólares. Um crédito de REDD (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal), que valia cerca de 4 dólares, alcançou a marca de 10 a 14 dólares, aponta Felipe Bittencourt, CEO da consultoria WayCarbon. Os negócios dispararam: nos oito primeiros meses de 2021, o crescimento das transações em todo o mundo foi de quase 60%, comparado ao mesmo período de 2020, segundo o relatório Ecosystem Marketplace, produzido pela organização internacional Forest Trends. A estimativa é de que, em 2021, a movimentação tenha se aproximado de 1 bilhão de dólares em todo o planeta, reflexo da "corrida global para zerar as emissões e alcançar as metas do Acordo de Paris até 2030". Isso leva as empresas a adquirir créditos de carbono tanto para cumprir suas estratégias corporativas quanto como um movimento de antecipação de compras diante da perspectiva de alta de preços.

"A combinação desses dois fatores torna o mercado uma fonte importante de financiamento para projetos verdes em todo o mundo", assinala Stephen Donofrio, principal autor do relatório e diretor do Ecosystem Marketplace, em comunicado à imprensa, em setembro do ano passado, antes, portanto, da realização da COP26, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 realizada no início de novembro em Glasgow, Escócia. A alta dos preços, argumenta Bittencourt, da empresa especializada em sustentabilidade, tecnologia e gestão de ativos ambientais, atesta o fortalecimento do mercado de créditos de carbono, em razão da "maior pressão por esses créditos e, consequentemente, da tendência de alta nos preços no mercado global tanto do regulado, que opera sob as normas da ONU e de governos, quanto do voluntário (das empresas)".

Após anos de espera, a COP26 finalmente concluiu o chamado "livro de regras" do Acordo de Paris. Em particular, estabeleceu a regulamentação do chamado artigo 6º, com as definições para a negociação internacional de ativos ambientais relacionados à emissão de gases de efeito estufa (GEE), que compõe o mercado de carbono. Segundo analistas e especialistas, a nova regulamentação cria mecanismos, infraestrutura e processos no sentido de fomentar transparência, integridade e segurança nos mercados privados voluntários e nas regulações nacionais.

> Proteger a Amazônia pode render até 100 bilhões de dólares para o País até 2030

Segundo Bittencourt, o mercado regulado pela ONU começou a se desenvolver a partir de 2001, depois da COP de Marrakesh, no Marrocos, e por alguns anos gerou interesse de países e empresas. As indefinições em relação aos desdobramentos das ações para conter o lançamento de GEE e o aquecimento global,

Preferência. Mais de 40% dos investimentos na compensação vão para projetos de recuperação das florestas. Uma oportunidade para o País

além da crise financeira global de 2008, esfriaram, no entanto, o mercado e os preços desabaram. "Nessa época, um crédito de carbono era negociado por 23 euros, preço que depois caiu para centavos, lembra o executivo. Nos últimos anos, os créditos do mercado regulado passaram a ser utilizados no mercado voluntário, do qual fazem parte empresas que optam por promover uma ação de responsabilidade climática e compensam suas emissões por meio da compra de crédito de

Desembaraço. A COP26 definiu novas regras para o mercado, o que dá garantia e incentiva as negociações

carbono de projetos que reduzem ou removem CO_2 da atmosfera, sem ter obrigação de cumprir metas de âmbito nacional ou resultado de acordos internacionais. "A partir do momento que o mercado regulado ganha força em razão da mudança e clareza nas regras, como ocorreu agora na COP26 com o artigo 6º, com aumento da demanda, há uma pressão na disponibilidade de créditos também no mercado voluntário. É um efeito em cadeia", afirma Bittencourt, ressaltando que "haverá um período de transição, pois a "chave na ONU acabou de virar" e as novas regras passam a valer para as primeiras metas nacionais, chamadas de Contribuições Nacionalmente Designadas (NDC, *na sigla em inglês*), em 2030.

Atualmente, detalha, quem estabelece os preços é o mercado voluntário, no qual as estratégias de negócio e de *marketing* das empresas contam muito. Assim, os projetos direcionados a reduzir o desmatamento são mais procurados, porque a Amazônia está sempre no foco e as marcas querem ter a imagem ligada a projetos direcionados a tais iniciativas. E os créditos relativos a tais iniciativas são mais caros comparados a outros, como redução de emissão de metano em aterro sanitário, mudanças de combustível em indústrias e energias renováveis, observa Bittencourt. De fato, o setor florestal destaca-se nos mercados globais de carbono com participação de mais de 42% nos últimos anos em comparação a outros segmentos, o que favorece o Brasil. Segundo estudo recente realizado pela WayCarbon para o ICC Brasil – International Chamber of Commerce, estima-se um potencial de receitas para o País de até 100 bilhões de dólares até 2030, suprindo de 5% a 37,5% da demanda global do mercado voluntário e de 2% a 22% da demanda global do mercado regulado no âmbito da ONU. "Os créditos tendem a ser principalmente gerados na redução do desmatamento, na recomposição florestal e no aumento do estoque de carbono no solo por meio da agricultura regenerativa e técnicas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta", registra o relatório.

O Banco BV, um dos líderes do segmento de financiamento de veículos no Brasil, concluiu no ano passado a negociação de quase 7 milhões de créditos de carbo-

no destinados à compensação das emissões dos automóveis financiados de 2021 a 2023. De acordo com o banco, até novembro do ano passado, 728 mil veículos haviam sido incluídos no programa e a expectativa para este ano é compensar, aproximadamente, 2 milhões de toneladas de gás carbônico. A instituição foi assessorada pela WayCarbon por meio de seu Programa Amigo do Clima, e a compensação acontece por meio do apoio a um *mix* de mais de dez projetos oriundos de diversas tecnologias, tais como geração de energia renovável, substituição de combustível e redução do desmatamento e da degradação florestal (REDD+).

Por ser um mercado tipicamente "de balcão", ou seja, sem estruturas organizadas e reguladas, como as Bolsas de Valores, as companhias que querem compensar emissões negociam diretamente com os produtores, o que demanda algum tipo de registro e de certificação que garanta sua integridade. Essa necessidade levou a *climatech* Moss a desenvolver um *token* lastreado em crédito de carbono para ser empregado na compensação de gases de efeito estufa. "Conseguimos digitalizar grande parte dessa cadeia, com o objetivo de tornar os créditos de carbono acessíveis às empresas e pessoas, sem abrir mão da confiabilidade dos dados", afirma Fausto Vanin, *head* de Produto da Moss e cofundador da Onepercent, parceira da empresa. "E conseguimos resolver essa equação com a tecnologia *blockchain* (a mesma que deu origem ao *bitcoin* e outros criptoativos), de modo a poderem ser auditados para certificar que os créditos em circulação correspondem aos adquiridos."

Há um aumento das transações entre as empresas, de forma voluntária

Em quase dois anos, a empresa transacionou mais de 100 milhões de reais aplicados na conversão de estimadas 735 milhões de árvores na Amazônia em projetos certificados e auditados internacionalmente. O MCO_2 Token está listado em plataformas como Mercado Bitcoin, e globalmente na Gemini, ProBit e Uniswap e foi utilizado por mais de 300 empresas de todo o mundo, além das brasileiras iFood, Hering e Gol Linhas Aéreas. Nesta, uma das ações consiste em possibilitar aos passageiros e tripulantes nos voos da rota Congonhas-Bonito-Congonhas, inaugurada em dezembro, compensarem a pegada carbônica deixada pelas viagens, neutralizando as emissões totais nos dois trechos, com direito a certificado.

A americana EcoCart acaba de chegar ao Brasil para oferecer uma solução de compensação de carbono com foco exclusivo no varejo *online*, desenvolvida no Vale do Silício em 2019. Instalado no carrinho de compras de uma loja digital, o *software* embute um algoritmo que calcula as emissões de GEE equivalentes à compra efetuada, desde aquelas relacionadas ao produto até o frete, e a compensação de carbono equivalente. "A marca pode oferecer a compra já compensada ao consumidor. Também pode fazer a compensação juntamente com ele, ou ainda dar a possibilidade de o cliente compensar a sua própria compra", diz Pedro Vasconcelos, CEO da EcoCart no Brasil. O *e-commerce* escolhe o projeto que vai receber os recursos e o cliente é avisado do destino do dinheiro. Atualmente, a EcoCart destina as pegadas compensadas a 25 projetos, dos quais três estão no Brasil. Hoje, a empresa tem 15 acordos com empresas no País, incluídas pequenas e médias. Nos EUA, mais de 1,5 mil *e-commerce* utilizam o *software* e em torno de 28% dos consumidores compensam suas compras. Aqui no Brasil são 12%. "É um bom número, considerando que estamos há somente três meses no mercado", comenta Vasconcelos, cuja meta é alcançar uma taxa de conversão de 20% dos compradores, com cem EcoCart instalados até o fim do ano. •

LUCAS BORI/ECOCART, WAY CARBON E ISTOCKPHOTO

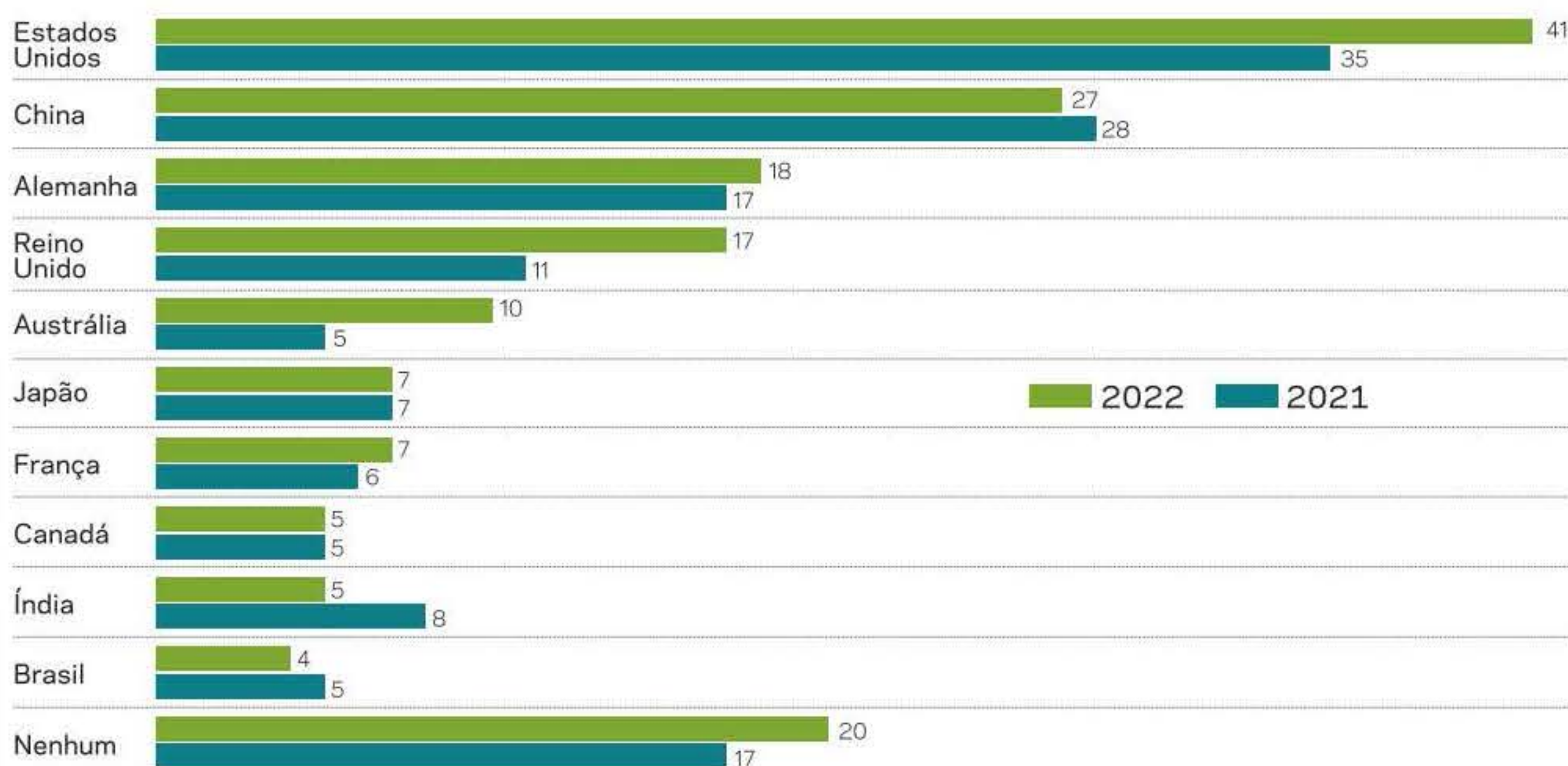
Crescimento. Bittencourt e Vasconcelos apostam na retomada

Brasil abaixo de zero

▶ O "termômetro" de Davos indica gélido interesse pelo País

O Brasil ficou em décimo lugar na preferência dos 4,4 mil CEOs globais questionados pela consultoria internacional PwC sobre países mais importantes para as perspectivas de crescimento de suas empresas nos próximos 12 meses. Estados Unidos e China lideram, e o País, que foi o terceiro colocado até 2013, foi superado por Austrália e Canadá na pesquisa – que anualmente "abre" os trabalhos do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Na consulta sobre perspectivas de crescimento, ameaças, prioridades estratégicas e compromissos ESG, os próprios CEOs brasileiros estão mais pessimistas com o País: enquanto 77% dos líderes brasileiros e mundiais acreditam na aceleração da economia global, apenas 55% dos brasileiros projetam o mesmo para o PIB nacional. Entretanto, os CEOs tupiniquins estão à frente de seus colegas globais quanto à proporção de empresas com compromissos Net Zero e carbono neutro. De acordo com a pesquisa, o principal fator de influência por trás dos compromissos Net Zero é atenuar os riscos das mudanças climáticas. O Relatório de Riscos Globais do próprio Fórum aponta a mudança climática como principal preocupação para 2022 e incentiva os líderes a pensar fora do ciclo de relatórios trimestrais e a criar políticas que gerenciem riscos e definam a agenda para os próximos anos.

"PRECISAMOS DE REGULAMENTAÇÃO PARA CONTER O MAU COMPORTAMENTO DOS PODEROSOS"

STEVE WOZNIAK, fundador da Apple

BEN BAKER/BLACKROCK, GOVPE, GAGE SKIDMORE E JAMES ZHENG/PEOPLE'S BANK OF CHINA

CRESCIMENTO CHINÊS PERDE O FÔLEGO

O Banco do Povo, o BC chinês, deve tomar "medidas mais agressivas" de política monetária para contrabalançar a queda no consumo e no investimento, devido ao repique da Covid e à crise do mercado imobiliário, diz o banco suíço Julius Baer em análise do resultado do PIB de 2021. A China cresceu 8,1%, mas desacelerou para 4% no último trimestre de 2021. O BC local cortou a taxa da linha de médio prazo para 2,85% ao ano e injetou 200 bilhões de yuans na economia.

Sustentável

O leilão de concessão do Centro de Convenções de Pernambuco, marcado para o dia 28, chamou atenção pela exigência de redução de 61% das emissões de carbono do Cecon e de 54% para os resíduos, energia e água. A outorga mínima é de 4,7 milhões de reais e investimento inicial de 28,7 milhões nos primeiros 36 meses da concessão, no prazo de 35 anos.

Proteção

A Lavvi, do Grupo Cyrela, informou ter iniciado estudos para operar em lançamentos de imóveis no Programa Casa Verde e Amarela. A companhia atua hoje nos segmentos de alta e média-alta renda e busca proteção contra ciclos econômicos negativos no setor de baixa renda.

Questão de lucro

Na carta anual aos CEOs das companhias investidas, Larry Fink, presidente da BlackRock, reafirmou que as empresas que não se adaptarem à pauta ambiental, social e de governança (ESG, *na sigla em inglês*) ficarão para trás. Ao defender o que chama de "capitalismo dos *stakeholders*", o executivo da maior gestora de recursos do mundo (10 trilhões de dólares de patrimônio) argumenta que sua visão se fundamenta em retornos de longo prazo, não em motivações políticas.

NÚMEROS

68,7

bilhões de dólares, em dinheiro, a Microsoft ofereceu pela Activision Blizzard, desenvolvedora de games como Call of Duty *e* Candy Crush

1,95

milhão de barris de óleo por dia a Petrobras extrai do pré-sal

596

bilhões de reais é o novo recorde histórico de captações de empresas no mercado de capitais registrado em 2021, segundo a Anbima

370

milhões de reais vai custar à locadora Unidas montar uma frota de 1,6 mil veículos 100% elétricos

Protestos contra a Rússia em Kiev

O rato ruge

TheObserver Em inferioridade tecnológica e numérica, os ucranianos prometem resistir à ameaça de Moscou

POR LUKE HARDING

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
Aberto da Austrália.
Os adversários de Djokovic foram fraternos, mas não condescendentes

O clima nos últimos dias na Ucrânia era espantosamente calmo, apesar das conversas sobre a guerra. A primeira neve do inverno cobriu Kiev. Muitos moradores ainda comemoravam o Natal ortodoxo, celebrado em 7 de janeiro, ou tinham viajado durante o feriado. Bares e restaurantes tocavam *Let It Snow*, com Dean Martin, enquanto os pinheiros na Praça da Independência pareciam uma mini-Nárnia.

Claro, a Rússia poderia invadir a qualquer momento. Mas, como ressaltam os ucranianos cansados, o país está em guerra há oito longos anos, desde que Vladimir Putin anexou a Crimeia e provocou um conflito brutal no leste da nação, que já custou quase 14 mil vidas. O ciberataque na madrugada de sexta-feira 14 a *sites* do governo foi apenas o último de uma série de atos hostis. O que fazer no caso de uma operação militar de Moscou: ficar, fugir ou lutar? O consenso, ao menos segundo pesquisas, é de que um terço da população está pronta para pegar em armas. No bairro elegante de Podil, com mansões *art déco*, um novo grafite dizia: "Saiam, russos!"

Sentado em um escritório de advocacia do outro lado da rua, Serhii Filimonov explica o que pretende fazer, caso o Kremlin ataque. "Somos aproximadamente 50. Vamos nos reunir e decidir onde podemos lutar melhor." Seu grupo é formado por profissionais de classe média: pessoal de computação, *designers*, atores e jornalistas. Filimonov tem uma empresa de segurança e estrelou um filme exibido em Veneza.

Nada disso tem probabilidade de alarmar o Ministério da Defesa da Rússia, que enviou 100 mil soldados à fronteira da Ucrânia. Esta inclui a frente existente entre o exército ucraniano e os territórios separatistas dirigidos por Moscou, Donetsk e Luhansk a leste, assim como a Bielorrússia ao norte, a Crimeia ao sul e o enclave russo da Transnístria a oeste. Mas os criativos de Kiev sabem atirar. Todos são veteranos da guerra de 2014. Filimonov participou da sangrenta batalha de Ilovaysk, quando o exército russo cercou as forças da Ucrânia, e foi ferido em um ataque inimigo com morteiros. Depois de uma operação para retirar estilhaços, ele voltou à frente, servindo como voluntário contra Moscou no Batalhão Azov. "Temos armas registradas. Vamos defender as nossas casas", disse. "Putin quer recuperar as fronteiras do império russo. Você pode ver isso na Bielorrússia, no Cazaquistão... Aqui, na Ucrânia, ele quer criar um *tsarstvo* – um domínio do *tsar*. Esta é uma guerra de civilizações. É o Ocidente contra a Eurásia, a democracia contra a escravidão e o autoritarismo. Queremos democracia e liberdade."

Putin não aceita o ingresso da Ucrânia na Otan

A maioria dos especialistas concorda que o exército, a força aérea e a marinha russas, enormemente superiores, poderiam tomar o território ucraniano rapidamente. Mas Andriy Zagorodnyuk, o ex-ministro da Defesa de Kiev, diz que os militares do Kremlin, muitos deles recrutados, imediatamente enfrentarão resistência se tentarem ocupar cidades. Voluntários como Filimonov e pequenos grupos militares lançarão ataques sangrentos. "Realmente, não há pânico. Não vejo nenhum pânico", disse Zagorodnyuk ao *Observer*. Ele reconheceu a relativa fraqueza militar da Ucrânia, mas disse que Kiev tem cerca de 500 mil soldados, incluídos os reservistas. Ela está pronta para uma guerra "em grande escala", afirmou.

Masi Nayyem, advogado que fundou o escritório em Podil, admite que não vê a hora de atirar nos russos de novo. Em 2016, ele lutou com uma brigada de paraquedistas em Avdiyivka, a linha de frente ucraniana próxima a Donetsk, em mãos dos rebeldes. "Em tempos de paz você pre-

Putin tem uma visão czarista da ordem mundial e do papel do Kremlin

OFFICIAL KREMLIN E SERGEI SUPINSKY/AFP

cisa ser sério, responsável. Na guerra, não precisa ter qualquer consideração ou pensar nas consequências. É preto e branco."

As negociações entre a Rússia e os Estados Unidos, a Otan e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa terminaram num impasse. O Kremlin pediu garantias do governo Joe Biden de que a Ucrânia e a Geórgia nunca entrarão na Otan. Na essência, ele quer derrubar a ordem pós-Guerra Fria – restaurar a Europa Central e do Leste como zonas de influência russa, no estilo do Pacto de Varsóvia, do qual as tropas e os armamentos da Otan são banidos.

Por baixo da retórica dura do Kremlin há um mistério. Não está claro por que Putin se move com tal pressa estratégica, exigindo que os Estados Unidos e seus aliados reescrevam as regras de segurança internacionais a favor da Rússia. Suas exigências são "inverossímeis", como disse a negociadora dos EUA e vice-secretária de Estado, Wendy Sherman. O possível objeto de Putin, sugeriu ela, era estabelecer um pretexto para a guerra.

Andrew Wilson, professor de estudos da Ucrânia no University College London, disse que o momento é oportuno pela perspectiva do Kremlin. Putin prendeu seu principal crítico interno, Alexey Navalny, e esmagou o movimento de oposição. A Rússia nada em dinheiro, graças ao aumento dos preços da energia. No cenário internacional, o Kremlin enfrenta uma administração norte-americana que considera fraca e indecisa. O que poderá acontecer agora? "Fabricar uma crise para gerar oportunidades é o que os russos fazem", disse Wilson. E acrescentou: "Não acho que uma invasão em plena escala seja a possibilidade número 1. Os ucranianos têm anunciado com sucesso o enorme custo da invasão e ocupação, mas Putin precisa vencer de algum modo, seja em segurança europeia ou na própria Ucrânia".

Tudo isso coloca um dilema para os observadores: como relatar uma crise que não é exatamente uma crise, e parece existir principalmente na cabeça de Putin? É evidente que o presidente russo tem sentimentos emotivos sobre a Ucrânia. No último verão, ele escreveu um longo artigo, no qual afirma que a Ucrânia e a Rússia são "um só povo", dividido pelos caprichos da cartografia bolchevique e a interferência ocidental. "Sem nada acontecendo ainda em campo, não há nada que eu possa relatar para dizer algo novo e impactante", afirmou Nataliya Gumenyuk, jornalista e escritora ucraniana, reconhecendo que é difícil entender um conflito em que a Ucrânia muitas vezes parece uma observadora. Ela acrescentou: "Estamos na posição de esperar pelo 'pior cenário', sem nenhuma chance de influenciar o resultado".

O comediante que preside a Ucrânia busca apoio no Ocidente

Gumenyuk disse que o objetivo do Kremlin é recuar o relógio ao início dos anos 1970, antes que a União Soviética assinasse os acordos de Helsinque que garantiram os direitos humanos, um erro, aos olhos da atual liderança agressiva de Moscou. Outros afirmaram que o modelo preferido de geopolítica de Putin é mais antigo, o imperialismo do século

XIX, quando as grandes potências esmagavam as menos poderosas.

Em um artigo de opinião para *The New York Times*, a eminente cientista política russa Lila Shevtsova disse que o atual impasse sobre a Ucrânia tem pouco em comum com os acordos políticos fechados em Yalta em 1945, ou no Congresso de Viena em 1815. Na época, os participantes respeitavam as regras. "O objetivo de Putin, realmente, é uma ordem mundial hobbesiana, construída sobre a disrupção e a prontidão para avanços de surpresa", escreveu.

Como um avanço de surpresa poderia se transformar numa guerra é um tema de conversa no governo de Kiev do comediante que virou presidente Volodymyr Zelensky. Ele pouco foi visto recentemente. Zelensky teve uma vitória arrasadora em 2019, depois de fazer campanha com uma plataforma de paz. Diante da intransigência russa pelo destino dos territórios ocupados da Ucrânia, ele moveu-se na direção da Otan e do Ocidente.

As tropas ucranianas se mobilizam na fronteira. Zelensky apela aos EUA e à Europa

OFFICIAL PRESIDENCE U.A E ANATOLII STEPANOV/AFP

Os órgãos de inteligência dos EUA dizem que o risco de invasão é "alto". Seus colegas ucranianos acham que Moscou pode planejar uma "provocação encenada". Esta poderia assumir a forma de um ataque a cidadãos russos, talvez na embaixada ou no consulado, ou contra soldados russos na Transnístria. O Kremlin culparia pelo "ataque" os nacionalistas de extrema-direita ucranianos, com o incidente sendo usado para propaganda e como motivo para a guerra. Alex Kovzhun, estrategista político que assessorou a ex-primeira-ministra da Ucrânia Yulia Tymoshenko, disse que o Kremlin precisava criar uma história atraente. "Eles são obcecados pela audiência na tevê. Todos nós ucranianos somos figurantes em seu programa de tevê interno. Eles são os protagonistas. De vez em quando, eles mudam os bandidos. A Ucrânia não é sua locação preferida."

Kovzhun acrescentou: "Um dispositivo de narrativa pós-moderno fantástico é a piscada. Em 2014, Putin piscou quando disse que não havia unidades russas na Crimeia. É uma conspiração. Ele convida todos os espectadores russos a compartilhar essa conspiração. Ele usou a piscada em Salisbury. Todo mundo sabia que dois idiotas russos viajaram para lá para matar Sergei Skripal, como parte de uma operação especial".

Simplesmente, é possível, é claro, que a atuação de Putin faça parte de um blefe elaborado, o último de uma série de testes de estresse que visam revelar fraquezas entre a classe governante no Ocidente e os Estados Unidos. Ninguém pode realmente saber, exceto o homem do Kremlin. Mas Filimonov pensa que uma tempestade está a caminho. "Estamos convencidos de que alguma coisa vai acontecer", disse. "Putin precisa da Ucrânia. Uma tentativa de tomá-la é inevitável, mas lutaremos até o fim." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Nosso Mundo

A última camada de teflon

TheObserver Depois das festas na residência oficial, os britânicos estão perto de dizer basta a Boris Johnson

POR ANDREW RAWNSLEY

A defenestração de um primeiro-ministro entre eleições geralmente é provocada por um evento sísmico. Neville Chamberlain foi obrigado a sair depois que a Noruega foi engolida por Hitler. A humilhação nacional do fracasso de Suez derrubou Anthony Eden. A impopularidade épica do imposto pessoal, que provocou tumultos, levou Margaret Thatcher a sair a contragosto. David Cameron sentiu-se obrigado a deixar o governo quando perdeu a aposta sobre o referendo do Brexit. Se Alexander Boris de Pfeffel Johnson entrar em breve para a galeria de primeiros-ministros derrubados, será porque ele participou de uma festa no jardim do Número 10 da Downing Street e seus assessores fizeram uma comemoração ("traga sua bebida") que infringiu o *lockdown* na residência oficial na véspera do enterro do marido da rainha Elizabeth.

Nenhum outro governo teve um fim tão pateticamente pobre. Nenhum final para seu reinado de favela seria mais apropriado. Sempre foi altamente provável que romper as regras de modo arrogante e descarado, e depois mentir a respeito, seriam o fim de um primeiro-ministro com uma carreira histórica de desprezo casual pela verdade e a integridade.

Em sua vida relativamente curta, seu governo foi salpicado por escândalos. Houve o "expresso dos colegas" que acelerou contratos lucrativos da Covid-19 para amigos conservadores, que a Suprema Corte acaba de considerar ilegais. Houve a remoção de pacientes idosos dos hospitais para lares de repouso vulneráveis, no auge da pandemia. Tampouco devemos esquecer os relatos por diversas fontes de que Johnson declarou friamente que deixaria os corpos "se empilharem aos milhares" no inverno do ano passado, em vez de adotar medidas oportunas para conter o ressurgimento do vírus, uma opção horripilante que resultou em muitas fatalidades evitáveis e deixou a Grã-Bretanha com o maior número de mortes na Europa.

Essas e outras ofensas deveriam ter perturbado profundamente os conservadores, mas muitos parlamentares de seu partido *Tory* reagiram aos diversos escândalos com um encolher de ombros. Esses deputados hoje manifestam seu choque e horror diante da torrente de revelações sobre as bebedeiras no Número 10, mas poucos expressaram preocupação sobre desgraças anteriores quando não pareciam prejudicar seu apoio eleitoral. Não importa a qualidade da ética do primeiro-ministro, respondiam eles, sintam a amplidão do nosso apoio nas pesquisas. Quando acusações anteriores de turbidez moral resvalaram dele, os *tories* disseram a si mesmos que seu líder era revestido de uma camada de teflon tão grossa que nada colava. Alguns opinaram cinicamente que os eleitores sabiam que Johnson era um vilão mentiroso quando ele ganhou a eleição em 2019, por isso o comportamento chocante era esperado e estava (frase horrível) "incluído no preço". Muitas vezes se afirmou que uma parcela substancial do público gostava de ter um "adorável bandido" no governo. "Todo mundo ama um pecador", disse-me um veterano conservador no último outono, quando seu partido ainda tinha vantagem nas pesquisas mesmo enquanto o Wallpapergate e vários outros escândalos ferviam. Ele continuou: "Se Boris fosse pego 'comendo' uma cabra em Downing Street, as pessoas imediatamente fariam uma cerveja de cabra e a beberiam à sua saúde".

Os eleitores não parecem mais dispostos a aceitar um "vilão mentiroso"

Esse veterano conservador teve uma profunda mudança de ideia. Hoje ele acha que o Número 10 provocou um escândalo tão revoltante para o público que será terminal mesmo para um escapista tão famoso. "Boris está torrado? Sim, está. Ele perdeu a armadura que costumava protegê-lo das regras normais da gravidade política. Ela evaporou. Definitivamente, acabou. A questão é quando." Outro ex-ministro do gabinete concorda: "O teflon gastou. A probabilidade de ele nos levar à próxima eleição é muito pequena. Na verdade, quase zero". Um terceiro deputado *tory*, antes um admirador fervoroso, disse:

O premier preferiu uma desculpa esfarrapada a dizer a verdade

SIMON DAWSON/N10 DOWNING STREET

"Acho que terminou. Simplesmente, não consigo ver um retorno disso".

Temos um escândalo de que nem mesmo o maior fazedor de truques consegue sair. A semiconfissão que ele finalmente fez na Câmara dos Comuns deixou de dissipar a comoção porque só foi extraída sob intensa pressão e após semanas de falsas negações. Sua tentativa de parecer contrito não funcionou porque foi um "não pedido" de desculpas tão insincero que aumentou a indignação sentida pelos muitos que foram atingidos pela pandemia. Todo mundo sabe que a única coisa pela qual ele realmente pede desculpas é por ser apanhado. Todo mundo também sabe disso: enquanto um grande número de britânicos morria, muitas vezes sem o conforto dos entes queridos, e milhões faziam sacrifícios para apoiar o que o seu governo lhes dizia ser um esforço coletivo para controlar a pandemia, a Downing Street de Johnson estava numa bebedeira.

É difícil dizer o que é mais espantoso. A flagrante quebra de regras, a estúpida arrogância disso ou a incrível frequência com que os moradores do Número 10 se comportavam, como se as leis não se aplicassem a eles. A frágil explicação do primeiro-ministro para a "garden party" da qual ele admite ter participado é que ele pensou que fosse um "evento de trabalho". Essa desculpa ridícula pretende nos fazer acreditar que ele não percebeu que o álcool corria solto e que sua mulher e seus amigos estavam presentes. Ele teve de recorrer a essa defesa risível porque a alternativa é confessar que ele infringiu as regras de seu governo e depois tentou enganar o público e o Parlamento.

Muitos se uniram em torno da ideia de que as eleições de maio serão o teste definitivo. Isso é um fracasso de suas responsabilidades morais. Se ele é uma desgraça para o alto cargo que ocupa, será também uma desgraça se os eleitores punirem firmemente o governo nas urnas ou se os tories melhorarem sua péssima posição nas pesquisas. Na verdade, a maioria dos deputados conservadores está cansada desse escândalo porque ele os deixa com medo de perder o poder, não por causa do que ele diz sobre o caráter ético do primeiro-ministro. Eles nunca pensaram que Johnson fosse um homem de integridade reluzente que daria um ótimo primeiro-ministro. Sabiam quem ele era. Eles o tornaram líder porque pensaram que vencer é tudo o que importa na política, e ele parecia um vencedor. Muita gente no partido decidiu ignorar sua inadequação ao cargo. Se eles tivessem se importado com essa questão antes, não o teriam colocado no Número 10 para começar, nem encolhido os ombros de maneira tão cínica diante do horror que se seguiu, inescapavelmente. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Bola fora

TheObserver Os adversários de Djokovic foram elegantes e generosos, mas não condescendentes com o tenista antivacina

POR EMMA JOHN

Stefanos Tsitsipas aprendeu a escutar a ciência sobre a Covid-19 da maneira difícil. Não a mais difícil, é claro. Nem da maneira difícil que os "antivacina" mais infelizes experimentaram, depois de ingerirem teorias da conspiração sobre efeitos colaterais e regurgitarem promessas das redes sociais de que não havia risco para os jovens e saudáveis. O tenista em 4º lugar no *ranking* mundial, felizmente, não se viu derrubado pelo vírus ou num ventilador mecânico em um hospital. Ele simplesmente se viu publicamente repreendido por seu próprio governo.

Enquanto o pai e treinador de Tsitsipas, Apostolos, dava entrevistas nas quais afirmava que "os atletas têm um sistema imune forte o suficiente para encarar qualquer desafio", o porta-voz do governo grego indicava que um tenista de 23 anos, por mais bem-sucedido, não tem "o conhecimento, nem os estudos, nem o trabalho de pesquisa" para dar opiniões válidas sobre vacinação. Mas a história teve um final feliz: Tsitsipas parou de proclamar conjecturas mal informadas e tomou a vacina.

Na sexta-feira 14, apenas três dias antes do início programado do Aberto da Austrália, ele era um dos muitos jogadores que davam suas opiniões sobre as dificuldades de Novak Djokovic relacionadas ao visto de entrada no país, antes que o número 1 do mundo soubesse que seria deportado, depois que o tribunal federal rejeitou a proposta do atleta sérvio para restaurar seu visto. "Há duas maneiras de ver a coisa", disse Tsitsipas. "Um lado é que quase todos os jogadores estão totalmente vacinados… e seguiram os protocolos para jogar na Austrália. Do outro, parece que nem todo mundo acata as regras." Essas palavras soaram menos como perspectivas opostas e mais como uma única ideia precisa. "Uma minoria muito reduzida preferiu seguir seu próprio caminho", disse Tsitsipas, "o que faz a maioria parecer idiota."

E assim, pela segunda vez sobre o assunto da Covid, Tsitsipas estava novamente errado. Porque a posição de Djokovic não fez seus colegas parecerem nada idiotas. No meio do que Rafael Nadal chamou precisamente de "circo", uma farsa processual de miasma jurídico, ofuscação médica e política populista, seus colegas tenistas são os que menos pareceram palhaços.

Dos cem melhores atletas do Grand Slam, 97 estão vacinados

Foram eles, mais que os administradores do esporte, ou o primeiro-ministro australiano, ou o próprio Djokovic, que reagiram à situação que cerca seu adversário esportivo da maneira mais comedida e deliberada. Veja Nadal, cujo resumo inicial da confusão em que seu rival se meteu foi devastadoramente simples. "Se ele quisesse, estaria jogando aqui sem qualquer problema", disse. "Todo mundo é livre para tomar suas decisões, mas há algumas consequências, não?"

Em um momento em que a maior parte do que voava eram xingamentos, aqui estava uma calma porção de verdade. E, embora estivesse clara sua posição sobre o assunto, também estava claro que não era algo pessoal e que ele sentia pena pela dura situação em que Novak se meteu. A maioria dos jogadores questionados sobre Djokovic mostrou uma disposição semelhante, misto de simpatia pelo que um amigo e colega atleta passava com uma mensagem igualmente forte sobre a importância de se vacinar. Andy Murray, sempre falando o que pensa, guardou suas observações elitistas para Nigel Farage, que estava visitando a família de Djokovic: "Por favor, registrem o momento estranho quando ele disser que passou a maior parte de sua carreira fazendo campanha para deportar as pessoas da Europa Oriental".

Para o nº 1 do mundo, entretanto, havia preocupação real – "é positivo que ele não esteja mais em detenção" –, juntamente com um suspiro tipicamente expressivo. Murray recusou-se a dar qualquer opinião até que Djokovic tivesse a oportunidade de responder a perguntas sobre seus testes de Covid. O irmão de Murray, Jamie, foi apenas um pouco mais irônico. "Se fosse eu que não tivesse me vacinado,

Djokovic arca com as consequências

CLIVE BRUNSKILL/GETTY IMAGES/AFP

não conseguiria uma isenção", disse, enquanto seu colega de time da Grã-Bretanha, Liam Broady, não conseguia esconder o riso. "Mas que bom ele ser liberado para vir à Austrália e competir."

O vestiário do circuito do tênis é realmente um ambiente único de esporte, de trabalho e de vida. Muitas vezes ele dá a impressão de estar povoado com amigos dúbios, rivais decididos a aprender e expor as fraquezas dos outros, enquanto são obrigados a conviver a um ponto em que se tornam uma família passageira, mas não totalmente à vontade. É um lugar onde você precisa se defender, e os únicos capazes de sentir empatia por suas circunstâncias são os mesmos que o desafiam. Enquanto quem está de fora foi rápido em usar Djokovic como símbolo, seja da liberdade pessoal ou do controle de fronteiras, aqueles que realmente jogam contra ele são os que podem mais bem avaliar o que se passa.

O episódio revelou o tipo de respeito e paciência que faz uma comunidade funcionar. Para eles, Djokovic não é uma representação abstrata da era da desinformação nem um supersalvador vegano a combater a injustiça a cada torneio de tênis (embora seu pai o tenha chamado de Espartaco). Ele é um atleta que se esforça muito, ama seu esporte, desfruta a companhia dos outros. Eles podem admirá-lo e respeitá-lo enquanto mantêm a firme crença de que a segurança da Covid-19 é importante.

Ao contrário dos esportes coletivos, em que treinadores, diretores e capitães podem (e deveriam) impor certa liderança sobre os jogadores para garantir a segurança de todos, os mundos dos esportes individuais como tênis, golfe, sinuca ou atletismo dependem da relação entre pares. Djokovic é, de fato, um estranho no torneio ATP: 97 dos 100 maiores jogadores estão vacinados, e a vacinação entre os profissionais do tênis aumentou drasticamente depois que o Aberto da Austrália a tornou obrigatória.

O que seus colegas atletas fizeram, na verdade, foi modelar a maneira de lidar com esse assunto em nossas próprias comunidades – com generosidade pessoal em relação àqueles que não podem ou não querem compartilhar nossas opiniões, enquanto mantemos um compromisso aberto e tranquilo com a ciência e os fatos. Todos nós temos amigos, parentes ou colegas com opiniões intransigentes sobre por que não querem se vacinar. Todos são livres para tomar suas próprias decisões, mas há algumas consequências, não? •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Sobe o pano, desce o pano

ÔMICRON No momento em que começava a recompor-se, o setor cultural vive nova onda de cancelamentos e adiamentos

POR ANA PAULA SOUSA E SÉRGIO MARTINS

O ator e dramaturgo Giordano Castro, um dos fundadores do grupo Magiluth, do Recife, deu início à criação de *Estudo nº 1 – Morte e Vida* no segundo semestre de 2019. A estreia, marcada para maio de 2020, foi, como tudo então, cancelada. Quase dois anos depois, nova estreia foi marcada, no Sesc Ipiranga, em São Paulo. Outro adiamento se seguiu. Desta vez, não foi o teatro que fechou. O motivo da suspensão foi a infecção de três dos seis atores por Covid-19. A previsão, agora, é de que o espetáculo entre em cartaz no dia 28.

"É claro que é tensa essa volta. Mas nem cogitamos de cancelar a estreia. A gente não tem mais de onde tirar o sustento para o nosso dia a dia. Sempre vivemos das nossas apresentações", diz, por telefone, isolado no quarto de sua casa, Castro, que testou positivo para Ômicron. "Em parte desses dois anos, encontramos formas de sobrevivência fazendo projetos virtuais. Mas, a esta altura, o consumo de arte e cultura via virtual está em outro lugar. Há um cansaço da parte do público."

No início da pandemia, muito se falou que as atividades culturais seriam as primeiras a parar e as últimas a voltar. Antes da vacinação e do aprimoramento dos protocolos de segurança sanitária, a imagem de várias pessoas reunidas em um teatro ou cinema parecia assustadora. Hoje sabemos que, se os protocolos forem seguidos, o risco de contágio não é maior do que em várias outras atividades liberadas antes.

Percebe-se, neste momento, que o setor cultural, que tendeu, de forma geral, a defender as restrições e aderir às possibilidades do virtual, começa a reagir à ideia de que, novamente, é hora de olhar para teatros, casas de *shows*, cinemas e eventos como espaços incompatíveis com o manejo responsável da pandemia.

"Acho que existe algo importante a fazer agora, que é determinar a territorialidade das artes. Não é porque não pudemos, durante algum tempo, nos manter fisicamente presentes, que essa dimensão das artes pode ser desconsiderada", pontua Marcio Abreu, criador da Companhia Brasileira de Teatro.

> "É importante, agora, determinar a territorialidade das artes", defende Márcio Abreu

Abreu não cogitou cancelar a estreia de *Sem Palavras*, marcada para a quinta-feira 20, no Sesc Pompeia, em São Paulo. A peça começou a ser construída uma semana antes da decretação da pandemia pela Organização Mundial da Saúde. O projeto, desde então, desmembrou-se em três residências artísticas, na transmissão digital de um ensaio, em uma breve turnê por França e Alemanha e apresentações no Oi Futuro, no Rio, no fim do ano passado. Agora, diz Abreu, é preciso seguir adiante.

Quem manteve as estreias na semana passada, teve boa surpresa. *Escola de Mulheres*, dirigida por Clara Carvalho, abriu a temporada 2022 do Teatro Aliança Francesa, em São Paulo, como parte das celebrações dos 400 anos de nascimento de

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 62

Macbeth. No *streaming*, as versões de Welles, Polanski, Kurosawa e Joel Coen

Molière. O espaço trabalhou com apenas 50% da taxa de ocupação, para ser possível o distanciamento entre a plateia, e teve todos os ingressos vendidos.

Enquanto nas unidades do Sesc e nos teatros menores a manutenção das agendas vai se mostrando uma opção viável – ainda que com um enorme vaivém de cancelamentos e remanejamentos –, no caso dos grandes *shows* a situação mostra-se um pouco mais complicada. Não apenas porque a dinâmica do público é outra, mas porque, quanto mais gente há nas equipes, maior o risco de alguém ser contaminado no meio do caminho e colocar o planejamento por água abaixo.

Este mês, as duas principais bandas mineiras, Skank e Jota Quest, tiveram de cancelar as apresentações por causa de infecções entre os integrantes dos grupos. "É como se você estivesse caído no chão e recebesse um chute na cara", resume Paulo Roberto Diniz Júnior, o PJ, baixista do Jota Quest, que teve de cancelar um terço da agenda de *shows* este mês.

"É superfrustrante, mas não tem nenhuma surpresa aí", diz, entre conformado e desapontado Marcelo Pianetti, empresário de outro artista mineiro, Lô Borges. "A onda da Ômicron, no Brasil,

Vaivém. *Escola de Mulheres* entrou em cartaz e teve todos os ingressos vendidos; *Sem Palavras* manteve a estreia para esta semana; *Estudo nº 1 - Morte e Vida* foi adiada porque metade do elenco testou positivo para Covid-19

NANA MORAES, VITOR PESSOA E RONALDO GUTIERREZ

Surto. A banda mineira Jota Quest cancelou metade da agenda de *shows* este mês. Marisa Monte, após infectar-se com a nova variante, também suspendeu a temporada

está apenas começando. A maioria dos eventos de grandes artistas foi cancelada em janeiro e creio que isso não vai se normalizar antes de abril."

Pianetti diz que, no caso dos *shows*, mesmo aquilo que, teoricamente, é uma alternativa, como fazer apresentações em espaços abertos, foi se mostrando delicado. "Fazer *shows* em casas noturnas e teatros é temerário por serem lugares fechados, mas, ao mesmo tempo, você consegue distribuir melhor o público. Os chamados eventos *open air* têm a vantagem de ser feitos em lugares abertos, mas aí é mais difícil controlar a aglomeração. Ou seja, é uma sinuca de bico."

O velho ditado "se ficar o bicho pega, se correr o bicho come" estende-se para as condições de subsistência dos trabalhadores do setor. Se uma cantora até pode conseguir alguma remuneração via *live*, o mesmo não se pode dizer dos milhares de profissionais cuja especialidade é trabalhar no palco. Iluminadores, técnicos de som e contrarregras, por exemplo, passaram um ano e meio sem contratos.

Nesses casos, a possibilidade de volta, com o arrefecimento da pandemia nos últimos meses de 2021, foi, a um só tempo, um alívio e um temor. "Fiz alguns eventos depois da flexibilização e não havia quase ninguém de máscara, só mesmo a gente do *stage*", diz o técnico de som Paulo Farat.

A falta de máscaras em um *show* do sertanejo Gusttavo Lima, apoiador de Bolsonaro, no fim do ano, levou o secretário de Saúde de Florianópolis a dizer que aplicaria uma multa aos organizadores. Lima, logo depois, testou positivo para Covid-19 e acabou sendo obrigado a cancelar outras apresentações.

> Contrarregras e técnicos de luz e som passaram um ano e meio sem qualquer trabalho

Marisa Monte foi outra que, na semana passada, adiou as turnês previstas para o Rio e São Paulo após testar positivo. "Estamos avaliando as demais datas (...), dia a dia, na certeza de que faremos a escolha certa em nome da segurança e do bem-estar de todos", escreveu a cantoras, em suas redes sociais.

Ainda que prevaleça, entre os artistas, o tom dos cuidados com a saúde em primeiro lugar, a defesa de que, dentro do possível, as atividades culturais sejam mantidas tem ganhado força. "Sou a favor enquanto cientificamente seja provado que dá para fazer os eventos, sem alas-

trar a pandemia", diz Haroldo Tzirulnik, empresário do *rapper* Projota.

Marina Campos, empresária da cantora Roberta Campos, é outra que defende que, neste momento, é possível e importante manter as atividades culturais, desde que com precauções e exigências. Ela lembra que, na Europa, os equipamentos culturais têm pedido não só o passaporte da vacina, mas também testes negativos.

"Olhando para todos os segmentos, vemos que é descabido impor novamente restrições a um setor que já foi tão massacrado como o nosso", diz Doremi Caramoni, da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos. "Tínhamos começado a voltar no segundo semestre do ano passado, mas, obviamente, não tivemos margem para nos recuperar."

Cabe lembrar que estão previstos para 2022 grandes eventos de música, como o Rock'n'Rio e o Lolapalooza e uma gama enorme de atividades ligadas à efeméride da Semana de 22. Os 100 anos da Semana de Arte Moderna mobilizará dezenas de museus do País, além de orquestras, e está por trás de eventos de variadas linguagens e tamanhos.

Os museus, por ora, têm mantido abertas as exposições, suspendendo somente as atividades educativas e culturais para, nas palavras de Lucas van de Beuque e Angela Mascelani, do Museu do Pontal, no Rio, "não estimular a formação de grupos". O Museu do Amanhã, também no Rio, adotou medida similar.

Se, em 2020, manter as portas fechadas tinha também um sentido político, hoje parece que esse sentido vai migrando para as portas abertas. "A arte, neste momento, mostra-se essencial para elaborarmos essa dimensão da morte no mundo e, em especial, no Brasil de Bolsonaro", diz Marcio Abreu. "A gente continuará agindo de forma a preservar a saúde, mas hoje me pergunto: o que é de fato prioridade e quem define o que é prioridade? A dimensão do coletivo tem várias nuances." •

GLOBO FILMES/DOWNTOWN FILMES, REDES SOCIAIS E LEO AVERSA

ENFIM, NAS SALAS DE CINEMA

Depois de adiamentos, Eduardo e Mônica entra em cartaz e, com a Ômicron, encontra circuito mais livre de blockbusters

Entre o fim de 2019 e o início de 2020, a equipe envolvida no lançamento de *Eduardo e Mônica* debruçou-se sobre o calendário de estreias do ano e decidiu que 12 de junho era uma data muito interessante para o lançamento do longa-metragem baseado na canção de amor de Renato Russo.

Passou o Dia dos Namorados de 2020, passou o Dia dos Namorados de 2021 e não houve condições de levar adiante a estreia. Uma nova data foi então decidida: 6 de janeiro. A presença de *Homem-Aranha – Sem Volta para Casa* no circuito era, porém, tão avassaladora que a estreia foi mais uma vez remanejada, então para 20 de janeiro. E foi assim que o filme, uma das apostas do cinema brasileiro para 2022, acabou por chegar às salas de exibição com a Ômicron.

Se, de um lado, a data pode implicar certo recuo do público, ela também significa uma oportunidade. Como o principal título norte-americano previsto para esta semana, *Morbius*, da Sony, foi mais uma vez adiado, justamente por causa da nova variante, *Eduardo e Mônica* conseguirá mais espaço nas salas. O filme é, nesse sentido, mais uma esperança de recuperação para o cinema brasileiro em 2022, após um 2021 duríssimo.

No ano passado, o circuito, depois de reaberto, foi totalmente dominado pelos *blockbusters* estrangeiros. De acordo com o *Filme B*, os títulos brasileiros venderam apenas 1,4% do total de ingressos dos cinemas.

"Não tem mais sentido, com restaurante lotado, praia lotada e *shopping* lotado, a gente ainda achar que as salas de cinema são um grande foco de transmissão", diz Bianca de Felippes, produtora de *Eduardo e Mônica*. "Estamos nas férias, temos feriados em São Paulo e no Rio e acreditamos na força do filme."

Faroeste Caboclo, o outro filme baseado numa canção de Renato Russo, fez 1,5 milhão de espectadores nos cinemas. *Eduardo e Mônica* teve pré-estreias lotadas em Brasília e tem mobilizado os fã-clubes da banda Legião Urbana. "Espero que, neste momento, o filme dê um quentinho no coração de quem for assisti-lo", diz René Sampaio, o diretor. "Acho que o filme traz uma mensagem de tolerância e respeito ao outro, que, de alguma forma, tem outra dimensão neste momento."

Canção. O filme reconta a história musicada por Russo

Inconscientes e superinteligentes

ENTREVISTA O cientista britânico Stuart Russell alerta para os riscos envolvidos na criação de máquinas que podem superar a capacidade humana de tomar decisões

A ANA PAULA SOUSA

Em 1951, Alan Turing, o pai da computação, escreveu: "Depois que o método de pensamento por máquinas começar, não demorará muito para superar os nossos frágeis poderes. (...) Em algum ponto, portanto, devemos esperar que as máquinas assumam o controle".

Tal afirmação ainda martela na cabeça do cientista da computação inglês Stuart Russell, autor do recém-lançado *Inteligência Artificial a Nosso Favor – Como Manter o Controle Sobre a Tecnologia* (Companhia das Letras, 336 págs., 99,90 reais). Professor na Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos, Russell é o nome mais popular do mundo quando o assunto é Inteligência Artificial (IA).

Mas a sua causa não é exatamente o desenvolvimento da IA, e sim como podemos nos proteger dos riscos implicados na criação de máquinas que superem a capacidade humana de tomar decisões. "A chegada da IA superinteligente é, em muitos sentidos, análoga à chegada de uma civilização alienígena superior, mas muito mais provável", escreve ele.

Hoje, a mesma IA que possibilita a existência de pernas que se locomovem tão agilmente quanto as humanas permite que armas localizem, selecionem e ataquem alvos sem a supervisão do homem. É também a IA que cria os algoritmos das redes sociais. Nesta entrevista, concedida a *CartaCapital* por *e-mail*, Russell tenta, de forma paciente, conduzir os leigos por essa trilha tão inóspita quanto instigante.

CartaCapital: O título e subtítulo do seu livro remetem à ideia de que a IA é uma ameaça à nossa sociedade. Até que ponto de fato é?

Stuart Russell: O uso errôneo da tecnologia de IA já nos cria problemas, como a exacerbação do viés racial e de gênero, maior vigilância e controle, automação de empregos, manipulação e desinformação por meio de algoritmos de redes sociais e, agora, armas letais autônomas. Mas a principal questão que abordo é que estamos investindo enormes recursos financeiros e intelectuais tentando criar máquinas que tenham uma inteligência maior e sejam mais poderosas do que nós. Como poderemos manter o controle delas para sempre? Se falharmos, nossa sobrevivência não estará mais em nossas mãos. Estaríamos na mesma posição que os gorilas em relação aos humanos.

Grife. Russell é o nome mais popular do mundo quando o tema é Inteligência Artificial

CC: Acredito que para alguns leitores, assim como para mim, o conceito de Inteligência Artificial não é totalmente palpável. Como a IA se relaciona com a ideia de robôs exterminadores?

SR: A ideia de dispositivos de morte mecanizados não veio da IA. Bombas ocultas e minas terrestres existem há séculos e matam sem envolvimento humano direto. As armas letais autônomas dão um passo além: enquanto a mina terrestre usa um sensor de pressão, o drone autônomo usa uma câmera e algoritmos de visão computadorizada para detectar alvos potenciais. O mundo está rapidamente avançando para uma nova era com armas que, por não exigirem supervisão humana, podem ser lançadas aos milhões para matar seletivamente populações inteiras. Fico feliz em saber que o Brasil apoia um tratado para proibi-las. Os exterminadores combinam a ideia de armas letais autônomas com a de consciência maléfica espontânea em máquinas, o que é absurdo. Não há pesquisa em IA para tornar as máquinas conscientes. A máquina segue objetivos criados por programas.

CC: O senhor diz que a inteligência supra-humana, se existir, será o maior evento na história da humanidade. O quão longe estamos disso e o que o senhor diria a quem tem certeza de que essas máquinas não existirão?

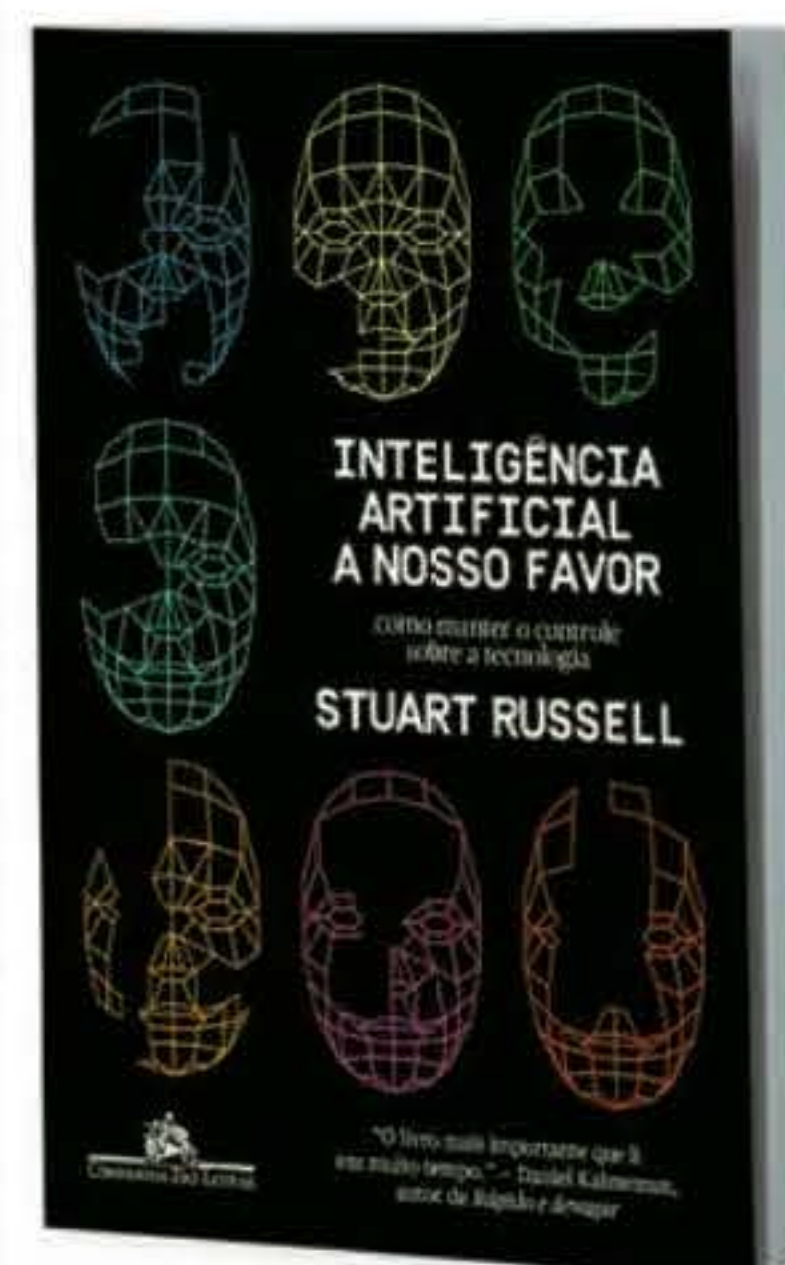
SR: A grande maioria dos

especialistas acredita que isso acontecerá neste século. Alguns acreditam que será muito mais cedo – talvez dentro de uma década –, mas eu não concordo. Aos que dizem que isso não pode acontecer, pergunto: vocês têm tanta certeza de sua previsão técnica que aceitam apostar nela o futuro da humanidade? É arrogância e tolice imaginar que nenhum arranjo de átomos possível pode superar o cérebro humano.

CC: Quão diferentes são os riscos e as possibilidades da IA superinteligente para países ricos e pobres?

SR: Se a humanidade perder o controle da IA superinteligente, não importará em que país você esteja. Riqueza não é proteção. O caminho certo a seguir é desenvolver uma IA que seja, provavelmente, benéfica e necessariamente permaneça sob o nosso controle, não importa quão inteligente se torne. Conforme a IA se aperfeiçoar, os impactos econômicos certamente vão diferir de acordo com a situação econômica de cada país. Já vemos algumas indústrias retornarem aos países de alta renda por causa da capa-

> "Armas letais autônomas podem ser lançadas aos milhões para matar seletivamente populações inteiras"

Realidade. Os drones com câmera e algorítimos de visão computadorizada, que dispensam a supervisão humana, são um dos assuntos do livro do pesquisador

cidade aperfeiçoada dos robôs. Isso significa que exportações de manufaturas de baixo custo poderão se tornar menos factíveis para os países de baixa renda.

CC: Filmes como *Inteligência Artificial*, *O Exterminador do Futuro* e *2001: Uma Odisseia no Espaço* são verossímeis para o senhor?

SR: A premissa de *Inteligência Artificial* e da série *O Exterminador do Futuro* é a consciência espontânea em máquinas, tão fictícia quanto a magia dos filmes de Harry Potter. O computador Hal 9000, em *2001*, também parece consciente no final, quando Dave o está desmontando, mas isso é algo incidental na trama. O que é central é a ideia de o computador matar a tripulação humana da espaçonave para proteger a missão. Esse aspecto é muito mais próximo da questão real, de máquinas superinteligentes perseguirem objetivos incorretamente especificados. Meus robôs favoritos no cinema são os de *Interestelar*. Eles não têm aparência assustadora e fazem exatamente o que é necessário para os humanos com quem trabalham. Em uma cena, o robô TARS se suicida para salvar os humanos da queda no buraco negro.

“Apostar contra a engenhosidade humana é tolice, especialmente quando o nosso futuro está em jogo”

CC: Que tipos de inteligência uma máquina pode ter e até que ponto é possível fazer uma analogia entre objetivo e desejo?

SR: A máquina de buscas Google tem uma memória que excede em muito a memória humana, mas não raciocina, aprende ou planeja. Já a máquina de jogos AlphaZero pode aprender a jogar em níveis supra-humanos, mas não tem memória nem capacidade linguística. Nas máquinas, o análogo dos desejos é a meta ou o objetivo. O carro autoconduzido “quer” levá-lo ao aeroporto em segurança, com conforto e dentro da lei. Ao perseguir o objetivo, ele gera comportamento. Se inserirmos o objetivo errado, a máquina pode gerar um comportamento catastrófico.

Ficção científica. No cinema, o robô TARS, de *Interestelar*, é o preferido de Russell

CC: Tem sentido dizer que a AI influencia as nossas decisões por meio do algoritmo? A propósito do algoritmo, por que sentimos que ele é meio burro?

SR: Porque ele é! Se você comprar um aspirador de pó, ele continuará recomendando aspiradores, como se você pretendesse fazer uma coleção. Os algoritmos dos sistemas de recomendação não sabem que as pessoas existem ou possuem mentes. Para os algoritmos de rede social, que controlam o insumo cognitivo de bilhões de seres humanos, uma pessoa não passa de uma história de clicar ou não clicar em diferentes itens de conteúdo. O objetivo do algoritmo é, geralmente, maximizar os cliques. Os criadores talvez pensassem que o algoritmo aprenderia a enviar itens de que o usuário gosta, mas o algoritmo tem outras ideias. Como qualquer entidade racional, ele aprende a modificar o estado de seu ambiente – nesse caso, a mente do usuário – para maximizar sua recompensa, tornando o usuário mais previsível. Um usuário mais previsível pode ser alimentado com artigos que ele seja mais propenso a consumir, assim gerando mais receitas. Os usuários com preferências mais radicais parecem ser mais previsíveis. E vemos as consequências do crescente radicalismo no mundo todo.

CC: A IA superinteligente poderia nos ajudar na crise do Coronavírus?

SR: Bem, ela poderia ter-nos dito: “Não brinquem com vírus ruins sem precauções extremas!” Falando sério, uma coisa que provavelmente acontecerá depois desta crise é que desenvolveremos sistemas de advertência precoce capazes de combinar pequenos itens de evidência de fontes diversas para detectar um surto assim que possível, estimar as características da doença e recomendar intervenções de saúde pública. Isso parece factível com a tecnologia atual, embora exija cooperação internacional e um esforço técnico significativo. •

WARNER/PARAMOUNT

O eterno retorno de Macbeth

STREAMING A estreia do filme dirigido por Joel Coen na AppleTV+ chama a atenção para outras três versões da obra clássica

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

Shakespeare é hoje um autor mais famoso do que lido. *Macbeth*, uma de suas principais obras, fala de um passado que poucos sabem localizar. Mesmo assim, o filme *A Tragédia de Macbeth*, que estreou na AppleTV+, deve concorrer a um punhado de Oscar, o que levará um tanto de gente a querer vê-lo.

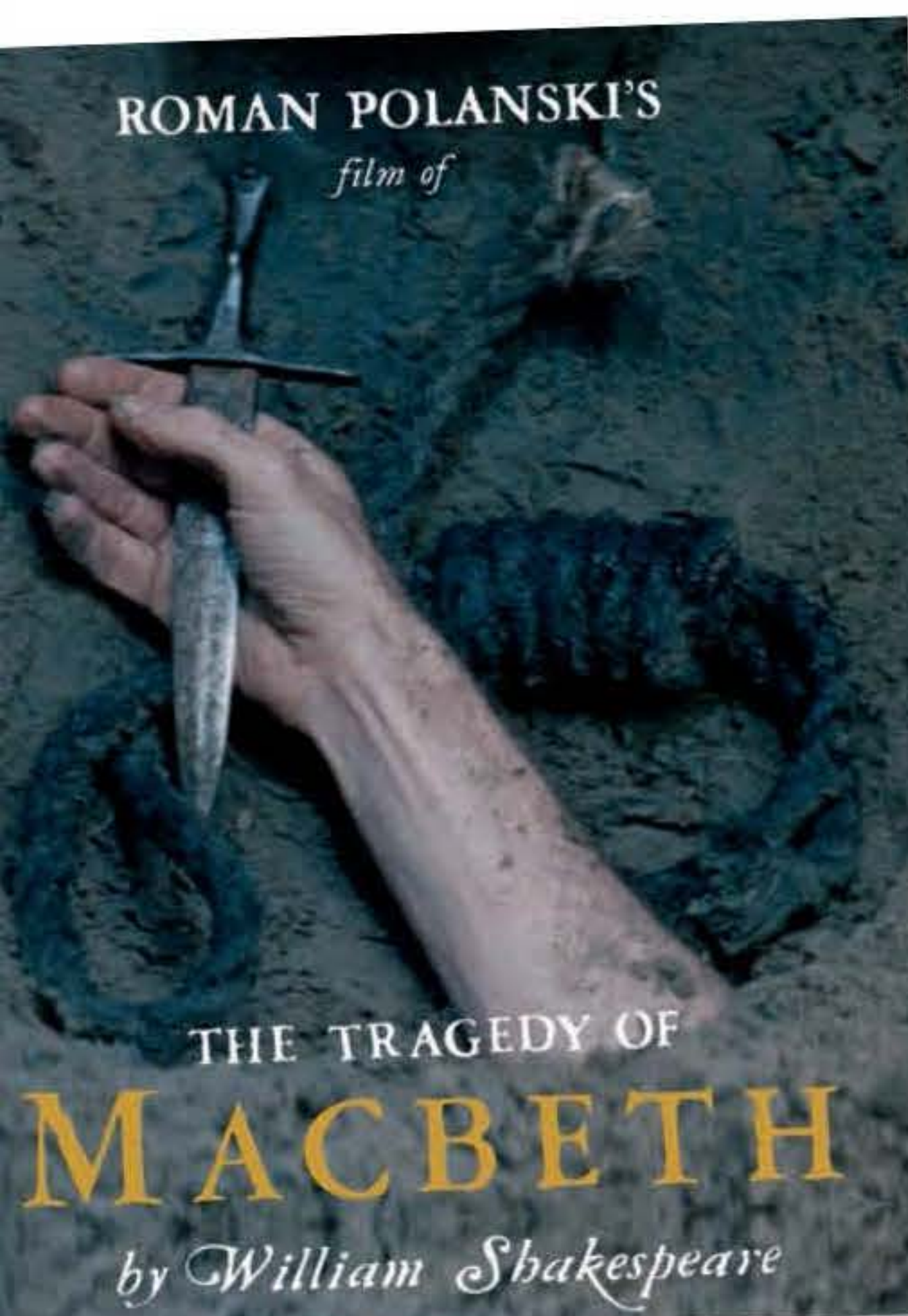
Se ler suas obras exige bastante esforço, consumir as ideias e a visão que Shakespeare teve dos homens e do poder é mais fácil. Qualquer filme de super-herói ou mesmo de heróis comuns comporta mais influências do autor britânico do que sonha a nossa vã filosofia.

Ambição e ganância são temas que não envelhecem. E a tirania, a crença de que quem tem poder tudo pode, voltou com uma força que até há pouco ninguém imaginaria. *A Tragédia de Macbeth* embala esses tópicos em um filme que é histórico sem deixar de ser contemporâneo.

Escrito e dirigido por Joel Coen, no primeiro trabalho sem o irmão Ethan, *A Tragédia de Macbeth* enfatiza a magnitude do texto, mas não ostenta a solenidade característica desse tipo de produção. Embora a poesia shakespeariana ressoe a cada diálogo, nunca parece que estamos vendo atores declamando um texto nobre.

Duas escolhas de Coen são decisivas para alcançar esse efeito. Todas as interpretações são em um tom baixo, o que faz as palavras ganharem corpo e vida na respiração dos atores, e a elaborada composição visual cria um imaginário apropriado para atrair o público de uma época em que as imagens convencem mais que as palavras.

A Tragédia de Macbeth não é apenas deslumbrante do ponto de vista fotográfico, mas seu conceito visual é o principal argumento contra a redundância (ou não) de mais uma versão cinematográfica de *Macbeth*.

As peças de Shakespeare superam a Bíblia como inspiração para filmes. O regis-

Ecos. Denzel Washington estrela o novo *A Tragédia de Macbeth*. Roman Polanski e Akira Kurosawa foram alguns dos grandes cineastas a fazer adaptações do texto

APPLE TV+ E COLUMBIA PICTURES

tro mais antigo de uma produção inspirada na Paixão de Cristo é de 1898, ano em que *Macbeth* também migrou do palco para a tela. Dali em diante, foram dezenas de versões para cinema e tevê.

Em meio a tantas, pelo menos três se tornaram referência, graças aos nomes que as assinam. E a boa notícia é que todas estão disponíveis no *streaming*. Orson Welles filmou *Macbeth – Reinado de Sangue* (Pluto TV e YouTube) em 1948. Akira Kurosawa, em 1957, *Trono Manchado de Sangue* (Belas Artes à La Carte).Roman Polanski realizou *Macbeth* (HBO Max).

A adaptação de Coen entra para esse clube de elite. Welles, Kurosawa, Polanski e Coen não vampirizam Shakespeare, como, por exemplo, o australiano Justin Kurzel, *Macbeth: Ambição e Guerra* (2015).

Como seus nobres antecessores, Coen cria um Macbeth cinematográfico, ou seja, explora as possibilidades dos meios audiovisuais para expandir o alcance do texto. O de Welles foi um ato de afastamento de Hollywood, seu primeiro filme "independente". O diretor reforça a impressão teatral, ao mesmo tempo que radicaliza o uso da luz. O cenário é carregado de formas simbólicas, e todo o elenco atua com o tom enfático de uma encenação teatral.

A impressão geral de teatro filmado é, no entanto, desafiada por ângulos insólitos, que exacerbam as ambiguidades do texto. A posição alta da câmera serve, muitas vezes, para aniquilar a imagem portentosa do rei, enquanto Lady Macbeth, logo que pressente a derrota, é mostrada como se fosse uma tirana no apogeu.

O aspecto mais assombroso da versão de Welles é o uso fortemente contrastado da luz, em que a iluminação é posta de modo a escurecer, cegar, em uma transposição do enfeitiçamento de Macbeth. A interlocução de Coen com Welles pode ser percebida, entre outras coisas, na presença de atores negros. Em 1936, Welles havia dirigido uma montagem teatral interpretada exclusivamente por atores negros.

> As peças de William Shakespeare superam a Bíblia como inspiração para o cinema e a TV

Mas a versão de Cohen, apesar de dialogar diretamente com a de Welles, não perde as escolhas plásticas feitas por Kurosawa e Polanski. O cineasta japonês privilegia o branco, que predomina nos cenários, na figura da feiticeira, nas fantasmagorias, no figurino da esposa sinistra e nas brumas que cercam e cegam o tiranete. A queda dos personagens no caos moral enuncia-se com mais força ainda em meio ao branco que não indica nada de pacífico ou puro.

A fotografia em cores do filme de Polanski parece distanciá-lo das versões em preto e branco. No lugar dos contrastes, ele adota tons terrosos e cinzentos, com ambientes enlameados e pantanosos.

O aspecto mais impactante do filme feito por Polanski em 1971 vem do modo como a violência explode e torna-se uma força unicamente destrutiva. Ela não é um meio de conquistar e manter o poder, mas de aniquilar tudo. Nesse sentido, é impossível dissociar as imagens do ritual macabro no qual sua esposa, Sharon Tate, e amigos foram assassinados em 1969. *Macbeth* é o primeiro trabalho do diretor após o crime.

A Tragédia de Macbeth retoma o preto e branco, mas não para evocar o expressionismo sombrio de Welles ou a brancura expressionista de Kurosawa. A fotografia do francês Bruno Delbonnel é contida nos contrastes. Tudo ganha tons acinzentados: a pele negra de Denzel Washington, os pelos grisalhos de sua barba, os figurinos e os cenários. No lugar de opor claro e escuro, dia e noite, belo e o feio, o filme de Coen mistura-os, como as feiticeiras. •

O poeta-goleiro

▶ Thiago de Mello foi, além de autor de versos memoráveis e defensor da floresta, goleiro do time da Iposeira, que dividia com amigos

A convocação mais sentida destes dias foi a do goleiro-poeta Thiago de Mello, a dignidade em forma de poesia. Com a altivez exposta em sua extensa e intensa lista de poemas sustentando a integridade do homem e a paixão por sua terra amazônica, Thiago partiu aos 95 anos, na semana passada.

De sua obra são exemplos conhecidos *O Estatuto do Homem, Vida Verdadeira, Madrugada Camponesa, Faz Escuro, Mas Eu Canto* – a mais comentada no momento e que, por ser tão atual, virou até mesmo título da Bienal de São Paulo. Em *Estatuto do Homem*, ele escreveu: "Fica decretado que agora vale a verdade".

Thiago de Mello, em sua incansável luta pela floresta – uma marca permanente do seu trabalho –, passou a trocar a palavra preservação pela expressão "salvação da vida". Inspirado por ele, também passei a adotá-la.

A floresta, para a humanidade, é questão de sobrevivência. A desarmonia com a natureza tem se feito bastante presente nos nossos dias, e de forma cada vez mais frequente e avassaladora – que o digam as tragédias provocadas pelas águas na Bahia e Minas Gerais.

Entre os filhos de Thiago de Mello, conheci o Manduka, amigão, grande artista, músico que fez parcerias com Dominguinhos, entre muitos outros. Desde pequeno apaixonado por futebol, Manduka era próximo do Botafogo – seu tio Gaudêncio foi preparador físico no clube. Quando retornou do exílio do pai, quis imediatamente rever o Maracanã. Fomos então ver o Botafogo contra o Guarani de Zenon, Careca e outras feras.

O time de Campinas estava afiado e jogou o fino. Do resultado nem me lembro. Mas lembro-me bem de que, no fim do jogo, virei-me para o Manduka e, entusiasmado, falei: "Esse time, se usasse a camisa do Botafogo, seria campeão brasileiro". E não deu outra. O Guarani fechou o ano com o merecido título.

Manduka se foi, prematuramente, no ano de 2004. Mas temos tido a alegria de conviver com a filha dele, Isabella, que nos visita de vez em quando aqui em Paquetá. De Thiago de Mello, que andava pelas bandas da Amazônia, em Barreirinha, fica a delicadeza de seus versos:

O homem confiará no homem/ como um menino confia em outro menino.

O silêncio é um campo/ plantado de verdades/ que aos poucos/ Se fazem palavras.

Thiago de Mello morreu na cidade de Manaus

Em uma de suas entrevistas, o poeta afirmou: "Pelo pouco que sei de mim, de tudo que fiz, posso me definir por contente. Servi à vida me valendo das palavras".

E ele fez muito. Foi, além de poeta, um grande goleiro do time da Iposeira, que dividia com amigos amantes do futebol, como o acreano Armando Nogueira.

Thiago de Mello tem lugar garantido no Céu, onde, certamente, chegou impecável, todo trajado de branco, como sempre quis.

Aqui na Terra, botando de volta a bola no chão, seguem a Copa Africana e a Copinha, que vai chegando ao fim na tradicional data do aniversário da cidade de São Paulo – 25 de janeiro.

Enquanto isso, acontecem as premiações europeias e os sorteios e divulgação de tabelas para serem cumpridas durante a temporada que se inicia – com a Copa do Brasil e os campeonatos estaduais. As premiações, diga-se, são reveladoras de uma temporada menos empolgante.

Digo isso sem desmerecer o extraordinário polonês Robert Lewandowski, que joga no Bayern de Munique, e foi eleito o melhor do mundo pela Federação Internacional de Futebol (Fifa).

Como melhor treinador ganhou Thomas Tuchel, do britânico Chelsea. Apesar de seu time estar, no momento, em baixa, sem vencer há quatro rodadas, ele deu prova da firmeza de suas convicções.

No lugar daquelas "manjadas" acusações tão comuns entre nós – de farras, noitadas etc. –, concedeu dois dias de folga ao elenco, reconhecendo o excesso das exigências impostas à equipe. Consciente do risco de estafa do time, Tuchel declarou: "É necessário desconectar meus jogadores por uns dias".

No futebol feminino, venceu a espanhola Alexia Putellas, que já havia levado a Bola de Ouro no fim de 2021. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO E ANDRÉ ARGOLO

RIAD YOUNES

Saúde paralela

▶ O Projeto Zoé, que leva cuidados profissionais para as populações ribeirinhas da Floresta Amazônica, inclui até um barco-hospital

Não é segredo que existem, em nosso país, vários Brasis. Há desde grandes centros urbanos, com infraestrutura razoavelmente adequada – apesar das disparidades – até pequenas aldeias dispersas no interior de cada estado, e com infraestruturas precárias. Na área da saúde, essa desigualdade é óbvia. Passam os anos, e continuamos sem estratégia governamental sólida para oferecer cobertura de saúde básica a toda a população, independentemente de sua localização geográfica.

Na falta de estratégias oficiais, existem projetos de saúde "paralela", criados e levados a cabo por grupos de voluntários, médicos e paramédicos, que tentam, com grandes sacrifícios, levar uma medicina decente a lugares esquecidos pelos governos regionais e federais. Um desses projetos brilhantes está sendo executado na Região Amazônica: o Projeto Zoé. Tive o privilégio de conhecer essa iniciativa muito oportuna e conversar com o doutor Marcelo Averbach, cirurgião-geral em São Paulo e fundador da ONG Zoé, e Plínio Averbach, diretor-executivo desta ONG.

CC: Por que o projeto naquela região?
MA: A Zoé leva saúde para as populações ribeirinhas da Floresta Amazônica, uma região na qual a distância média de qualquer lugar para um serviço de urgência é de 15 quilômetros. Como este é um grande território, escolhemos o Pará, que não só é o estado onde a expectativa de vida menos cresceu nos últimos anos como também tem a menor proporção de médicos a cada mil habitantes, que é de 1,07.

CC: Como vocês escolheram este centro para iniciar as atividades da Zoé?
MA: Nós tínhamos experiência na região. Havíamos realizado, em Belterra, um trabalho de rastreamento do câncer colorretal. Foram 19 expedições entre 2014 e 2017, nas quais fizemos colonoscopias e endoscopias digestivas altas.

CC: Qual é a frequência do projeto?
PA: Em 2021, fizemos duas expedições e, este ano, planejamos fazer ao menos dez. Isso, obviamente, não depende só de nós. Precisamos de doadores para viabilizá-las.

CC: O projeto baseia-se em voluntários. Como vocês cobrem as demais despesas?
PA: Empresas do ramo da saúde provêm quase todo o material de insumo de que precisamos, recebemos doações de pessoas físicas e esperamos, no futuro, recebê-las das pessoas jurídicas. Quase metade dos custos refere-se a transporte aéreo.

CC: Projetos que se baseiam somente no voluntariado tendem a não se sustentar por muito tempo. Como vocês pretendem garantir o Zoé no longo prazo?
PA: De fato, sempre há postos que devem ser remunerados. Hoje, já não nos baseamos 100% em trabalho voluntário. Nosso diretor-executivo, por exemplo, é remunerado.

CC: Há planos para a expansão do projeto para outras localidades?
MA: O projeto baseia-se em duas frentes. A primeira são as atividades no Hospital Municipal de Belterra, onde participamos, em conjunto com a prefeitura, de melhorias nas instalações do hospital e fazemos atendimentos de diversas especialidades. A segunda frente é no barco-hospital Abaré, em parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará. A embarcação faz atendimentos regulares às populações ribeirinhas do Rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro. Esse modelo de atendimento, que engloba unidades fluviais e em terra, pode ser replicado em outros polos da região com características que dificultam o deslocamento. Além disso, estamos criando um braço visando o atendimento aos índios Xingu da região nordeste do estado de Mato Grosso e aos Zoé, tribo de isolada que habita uma região do norte do estado do Pará.

CC: Vocês pensam em expandir o número de voluntários?
MA: Não. O número de interessados é bastante grande para as nossas necessidades. Temos, em média, 25 candidatos para cada vaga aberta. Nossos esforços estão direcionados para obter doações de recursos financeiros e de parcerias com empresas para viabilizar as expedições.

CC: Qual a estimativa de gastos anuais em cada localidade?
PA: Contabilizando somente custos fixos e variáveis para dez expedições anuais, chegamos em algo em torno de 650 mil reais. Nesse valor não são considerados as horas de trabalho dos médicos e outros profissionais voluntários, os medicamentos e os equipamentos doados. Ao final de cada expedição, avaliamos os aspectos financeiros e as oportunidades de diminuir os custos. Passamos, por exemplo, a utilizar a hospedagem em casas e, às vezes, é possível dormir em barracas. A Zoé precisa conquistar a sustentabilidade, e pessoas e empresas que se identificarem com o nosso propósito e desejarem contribuir, podem fazer isso por meio do *site* ongzoe.org. Qualquer quantia é bem-vinda, e somos muito transparentes em relação à utilização dos recursos a nós doados. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

lacismo
levelso.